

FACAM – FACULDADE DO MARANHÃO
SOMAR SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
CNPJ 04.855.275/0001-68
GRADUAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO – ENSINO À DISTÂNCIA

DESIGUALDADES E VIOLÊNCIA

ORGANIZAÇÃO: LUZIANE DE JESUS SOUSA LIMA DOS SANTOS



São Luís

2014

LUZIANE DE JESUS SOUSA LIMA DOS SANTOS

CDU 304.4

SOMAR – Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda.
FACAM – Faculdade do Maranhão

Carlos César Branco Bandeira
Diretor Geral

Thatiana Soares Rodrigues Bandeira
Diretora Executiva

Henilda Ferro Castro
Diretora Acadêmica

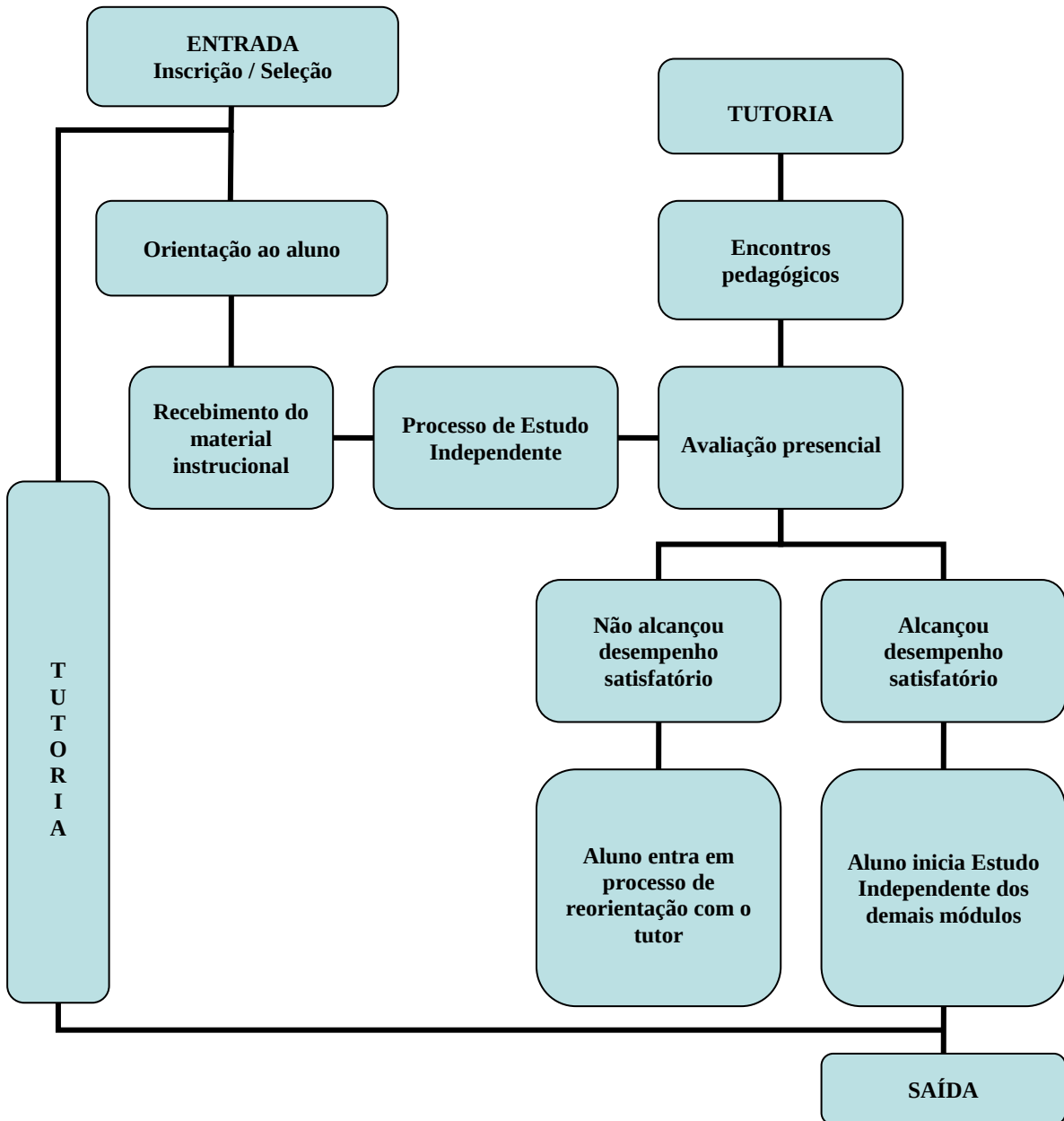
Heraldo Marinelli
Coordenador Geral de Ensino a Distância

MeyryJanes Costa Almeida
Supervisora Adjunta de Ensino a Distância

Paula Carolina Caetano de Moraes
Coordenadora de Serviço Social

.

FLUXOGRAMA DE ESTUDO



DISCIPLINA: DESIGUALDADES E VIOLÊNCIA

PLANO DE ENSINO

EMENTA

O debate teórico nas ciências sociais sobre as concepções de desigualdade social, pobreza, violência e exclusão social. A história da pobreza e da desigualdade social na sociedade ocidental e especificamente na sociedade brasileira. Os desafios contemporâneos da pobreza metropolitana e as políticas sociais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: O objetivo desta disciplina é proporcionar a você o contato com elementos teóricos e metodológicos que facilitem a compreensão da Desigualdade Social e suas concepções e diferentes formas de manifestações: pobreza, violência, exclusão social. possibilitando a leitura crítica da realidade subsidiando a práxis.

Objetivos Específicos:

- Entender e analisar o quadro de desigualdade social presente no mundo e no Brasil;
- Possibilitar aos acadêmicos apreender os parâmetros de intervenção profissional, para o enfrentamento das diversas expressões da questão social;
- Entender os conceitos de violência, pobreza e exclusão social inerentes na sociedade capitalista;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

RECURSOS

Quadro branco e acessórios;

Textos;

Data Show;

Computador;

Papel A4

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua através de observação, acompanhamento dos trabalhos, e através de prova escrita objetiva e subjetiva.

O processo ensino-aprendizagem será avaliado na dimensão qualitativa e quantitativa – a partir de produção individual e coletiva, expressão crítica e reflexiva dos conteúdos, assiduidade, criatividade, organização e desempenho nas atividades no contexto presencial e a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPÍTULO 1

O DEBATE TEÓRICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

UNIDADE 1.1– Desigualdade Social.

UNIDADE 1.2 – Pobreza.

UNIDADE 1.3 – Violência.

UNIDADE 1.4 – Exclusão Social.

CAPÍTULO 2

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO

UNIDADE 2.1 – A pobreza no mundo.

UNIDADE 2.2–A pobreza no Brasil.

UNIDADE 2.3 – Políticas sociais de combate à pobreza.

UNIDADE 2.4 – O Assistente Social no combate à pobreza.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO SOCIAL E INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA.

UNIDADE3.1 – Violência doméstica e suas diferentes manifestações.

UNIDADE3.2 – Violência contra a mulher.

UNIDADE3.3 – Violência contra o deficiente e o idoso.

UNIDADE3.4 – Violência no contexto escolar.

BIBLIOGRAFIA

a) Básica

BOGUS, L. YAZBEK, M.C. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: Educ, 2000.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. Exclusão Social: Categorias novas para a realidades velhas. In: Revista Ser Social 3.

POCHMAN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.

b) Bibliografia Complementar

ADORNO, Sérgio e CARDIA, Nancy. Dilemas do controle social da violência. In: TAVARES dos SANTOS, José Vicente (org.). Violências em tempos de globalização. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

AZEVEDO, M^a Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez Editora.

BAIERL, Luzia de Fátima. Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez.

ODÁLIA, N. O que é violência. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SALES, Mione Apolinário. (In) visibilidade perversa – adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez Editora.

APRESENTAÇÃO

O presente Guia de estudo tem como objetivo macro possibilitar aos acadêmicos de Serviço Social a reflexão crítica e propositiva acerca do tema Desigualdade Social e Violência, tema esse tão presente no nosso cotidiano expressão da questão social no qual assistentes sociais têm como desafio de enfrentamento na sua prática.

Quando se fala de desigualdade social está se falando de pobreza, exclusão social, violência, está se falando nas minorias que não podem ser ignoradas no dia a dia e que são objeto de intervenção da prática profissional do assistente social.

Nosso guia se divide em três capítulos sucintos, por isso o aprofundamento do tema requer do acadêmico, pesquisa documental e auto estudo, este guia é na verdade uma compilação de textos de autores consagrados estudiosos e pesquisadores do assunto, nos possibilitando conhecer e explorar o campo das idéias acerca da temática é um tema mais que atual e de larga discussão.

O 1º Capítulo busca apresentar através dos autores referenciados a temática O Debate Teórico nas Ciências Sociais as concepções de desigualdade Social , Pobreza, Violência e Exclusão Social. o 2º Capítulo faz uma demonstração da situação da Pobreza e Desigualdade Social no Brasil e no Mundo e ainda busca apresentar as políticas sociais de enfrentamento da pobreza e a atuação do assistente social nesse enfrentamento. Já o 3º Capítulo discorre o Contexto Social e Institucional da Violência, suas diferentes manifestações.

O texto parece um pouco repetitivo, pois o tema se repete muito nos dois primeiros capítulos, mas tentaremos não nos tornar repetitivos, pois o conjunto de autores escolhidos e selecionados nos dá segurança para o estudo, desejo a vocês bom aproveitamento e não pare por aqui.

ProfªLuziane de Jesus Sousa Lima dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - O DEBATE TEÓRICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

UNIDADE 1.1– Desigualdade Social.

UNIDADE 1.2 – Pobreza.

UNIDADE 1.3 – Violência.

UNIDADE 1.4 – Exclusão Social.

CAPÍTULO 2- POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO

UNIDADE 2.1 – A pobreza no mundo.

UNIDADE 2.2–A pobreza no Brasil.

UNIDADE2.3 – Políticas sociais de combate à pobreza.

UNIDADE2.4 – O Assistente Social no combate à pobreza.

CAPÍTULO 3 - O CONTEXTO SOCIAL E INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA.

UNIDADE3.1 – Violência doméstica e suas diferentes manifestações.

UNIDADE3.2 – Violência contra a mulher.

UNIDADE3.3 – Violência contra o deficiente e o idoso.

UNIDADE3.4 – Violência no contexto escolar.

Considerações Finais

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. A pobreza existe em todos os países, pobres ou ricos, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países não desenvolvidos.

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. No Brasil, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8º nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu

de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), porém esta ainda é gritante.

Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira atribuem, em parte, a persistente desigualdade brasileira a fatores que remontam ao Brasil colônia, pré-1930 – a máquina midiática, em especial a televisiva, produz e reproduz a ideia da desigualdade, creditando o “pecado original” como fator primordial desse flagelo social e, assim, por extensão, o senso comum “compra” essa ideia já formatada –, ao afirmar que são três os “pilares coloniais” que apoiam a desigualdade: a influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndios e a escravidão.

É evidente que essas variáveis contribuíram intensamente para que a desigualdade brasileira permanecesse por séculos em patamares inaceitáveis. Todavia, a desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento econômico, cresceu também a miséria, as disparidades sociais – educação, renda, saúde, etc. – a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência. Essas são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

A violência nas mais várias formas de suas manifestações também é grande reflexo da desigualdade social, da exclusão e da pobreza, deixando claro também que a violência não só acontece em função da pobreza, não é isso, há grande violência de várias formas também entre ricos, mas o fato que o quadro alarmante está manifesta entre as camadas mais pobres da população.

Conceber a violência e suas formas, o contexto da desigualdade social e a expressão da questão são parte fundamental no processo de formação de atuação do assistente social. Falar de Pobreza, miséria, violência e de outras mazelas sociais sem galgar estratégias de enfrentamento e intervenção não é papel do serviço social.

CAPÍTULO 1

O DEBATE TEÓRICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

UNIDADE 1.1– Desigualdade Social

A desigualdade social acontece quando a distribuição de renda é feita de forma diferente sendo que a maior parte fica nas mãos de poucos. No Brasil a desigualdade social é uma das maiores do mundo. Por esses acontecimentos existem jovens vulneráveis hoje principalmente na classe de baixa renda, pois a exclusão social os torna cada vez mais supérfluos e incapazes de ter uma vida digna. Muitos jovens de baixa renda crescem sem ter estrutura na família devido a uma série de consequências causadas pela falta de dinheiro sendo: briga entre pais, discussões diárias, falta de estudo, ambiente familiar precário, educação precária, más instalações, alimentação ruim, entre outros.

A desigualdade social tem causado o crescimento de crianças e jovens sem preparação para a vida e muitos deles não conseguem oportunidades e acabam se tornando marginais ou desocupados, às vezes não porque querem, mas sim por não sobraem alternativas. Outro fator que agrava essa situação é a violência que cresce a cada dia.

Podemos perceber que o ódio que faz com que uma pessoa se torne violenta sempre tem razões anteriores. Na maioria das vezes que vemos depoimentos de pessoas envolvidas com violência, as mesmas tiveram na infância situações onde o pai era ausente ou se presente espancava a mãe, a miséria fazia com que os pais vendessem drogas por um prato de comida, pais entregavam filhos para adoção ou até mesmo abandonavam os filhos ao invés de tentar reverter à situação. Alguns casos, as pessoas hoje violentas foram vítimas de abuso sexual quando mais jovens e essa série de situações trazem uma ira e desejo de vingança não só dos mal-feitores, mas também das autoridades que sabem de todos esses possíveis acontecimentos e não tomam posição.

Uma pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada, aponta que a desigualdade de renda no Brasil caiu para um patamar histórico nos anos 2000. Essa queda fez com que o país neutralizasse todo o aumento da desigualdade entre os 60 e 80.

O estudo também mostrou que a elevação das taxas de educação e os programas de distribuição de renda contribuíram para a melhora dos resultados entre 2001 e 2009. Neste período, houve um aumento de escolaridade de 55,6% entre os

20% mais pobres e de 8,12% entre os 20% mais ricos. Porém, o Brasil ainda tem índices semelhantes aos Zimbábue, na África.

Diariamente todos os brasileiros convivem e visualizam os resultados decorrentes da pobreza, na qual a maioria da população nacional se encontra, os meios de comunicação (revistas, jornais e rádio) divulgam os imensos problemas provenientes de uma sociedade capitalista dividida em classes sociais.

Uma parcela da população acredita que a condição de miséria de milhares de pessoas espalhadas pelo território brasileiro é causada pela preguiça, falta de interesse pelo trabalho, acomodados à espera de programa sociais oferecidos pelo governo, em suma, acham que só não trabalha quem não quer, no entanto, isso não é verdade.

Nas últimas décadas, o desemprego cresceu em nível mundial paralelamente à redução de postos de trabalho, que diminuiu por causa das novas tecnologias disponíveis que desempenham o trabalho anteriormente realizado por uma pessoa, a prova disso são os bancos que instalaram caixas de auto-atendimento, cada um desses corresponde a um posto de trabalho extinto, ou seja, milhares de desempregados, isso tem promovido a precarização dos vínculos de trabalho, isso quer dizer que as pessoas não estão garantidas em seu emprego e todos buscam uma permanência no mesmo, antes a luta principal era basicamente por melhorias salariais, atualmente esse contexto mudou.

Quando um trabalhador é demitido e não encontra um novo emprego em sua área de atuação, ou em outras, fica impedido de gerar renda, sem condições de arrecadar dinheiro através de sua força de trabalho as pessoas enfrentam dificuldades profundas e às vezes convivem até mesmo com a fome.

É comum relatos de professores de escolas de bairros periféricos onde há altos níveis de desemprego a ocorrência de desmaios de alunos por falta de alimentação, muitos estudantes freqüentam a escola por causa da merenda escolar que, pra muitos, é a única refeição do dia.

Esse processo de distribuição de renda e desemprego obriga as pessoas a procurar lugares impróprios à ocupação urbana, como não tem condições financeiras para custear moradias dignas, habitam favelas e áreas de risco desprovidas dos serviços públicos (esgoto, água tratada, saúde, educação, entre outros) que garantem uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, há uma camada da população que nem sequer tem um “barraco” em uma favela, vivem embaixo de fachadas de lojas, instituições, praças e pontes. A pobreza é decorrente de vários fatores, os principais são os processos de

globalização, a modernização dos meios de produção e a desigual distribuição da renda.

Não se pode entender a questão das desigualdades sem entender o âmago da questão social e suas multiformas. O principal conceito de **questão social** é o conjunto das expressões das **desigualdades da sociedade**. A questão social surgiu no século XIX, na Europa, e iniciou para exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estavam em pobreza crescente.

O processo de urbanização e industrialização, deu origem ao empobrecimento da classe operária, e acabou por conscientizá-los das condições em que trabalhavam, onde a questão social acabou atingindo contornos problemáticos, em especial para a sociedade burguesa, que recorreu à implementação de políticas sociais

A atual questão social refere-se à ampliação do trabalho na sociedade capitalista começando pela degradação do trabalho, a perda e o desaparecimento de muitas categorias e postos de trabalho, e isso ocorre quando o estado passa a se retirar do campo social com cortes, privatizações e etc.

A questão social é muito vinculada com a desigualdade social, e essas questões acabaram propiciando a criação do Terceiro Setor na sociedade, a fim de fazer programas e projetos para auxiliar os necessitados e também auxiliar nos pedidos por mudanças na política. Um profissional que lida diretamente com as questões sociais é o Assistente Social, que trabalha nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência.

UNIDADE 1.2 – Pobreza

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Etimologia

A palavra "pobre" veio do latim "pauper", que vem de *pau-* = "pequeno" e *pario* = "dou à luz" e originalmente referir-se-ia a terrenos agrícolas ou gado que não produziam o desejado.

- **Pobreza** *é uma condição na qual falta acesso à serviços com saúde, educação, segurança e de mínimos recursos financeiros por parte de indivíduos de determinados grupos sociais que prejudica ou impossibilita a subsistência dos mesmos.*

Apesar da pobreza mais severa se encontrar nos países subdesenvolvidos esta existe em todas as regiões. Nos países desenvolvidos manifesta-se na existência de sem-abrigo e de subúrbios pobres.

A pobreza pode ser vista como uma condição coletiva de pessoas pobres, grupos, e mesmo de nações. Para evitar este estigma essas nações são chamadas normalmente países em desenvolvimento.

A pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta refere-se a um nível que é consistente ao longo do tempo e entre países. Um exemplo de um indicador de pobreza absoluta é a percentagem de pessoas com uma ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário (aproximadamente 2000/2500 quilocalorias).

pobreza pode ser entendida em vários sentidos, principalmente:

- Carência cognitiva; tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.
- Falta de recursos económicos; nomeadamente a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários). As medições do nível económico são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em "rendimento relativo". A União Europeia, nomeadamente, identifica a pobreza em termos de "distância económica" relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.
- Carência Social; como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Isto inclui a educação e a informação. As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza pelas organizações internacionais, as quais consideram o problema da pobreza para lá da economia.



Causas da pobreza

A pobreza não resulta de uma única causa, mas de um conjunto de factores:

- **Factores político-legais:** corrupção, inexistência ou mau funcionamento de um sistema democrático, fraca igualdade de oportunidades.
- **Factores económicos:** sistema fiscal inadequado, representando um peso excessivo sobre a economia ou sendo socialmente injusto; a própria pobreza, que prejudica o investimento e o desenvolvimento, economia dependente de um único produto.
- **Factores sócio-culturais:** reduzida instrução, discriminação social relativa ao gênero ou à raça, valores predominantes na sociedade, exclusão social, crescimento muito rápido da população.
- **Factores naturais:** desastres naturais, climas ou relevos extremos, doenças.
- **Problemas de Saúde:** adição a drogas ou alcoolismo, doenças mentais, doenças da pobreza como a SIDA e a malária; deficiências físicas.
- **Factores históricos:** colonialismo, passado de autoritarismo político.
- **Insegurança:** guerra, genocídio, crime.

Consequências da Pobreza

Muitas das consequências da pobreza são também causas da mesma criando o ciclo da pobreza. Algumas delas são:

- Fome.
- Baixa esperança de vida.
- Doenças.
- Falta de oportunidades de emprego.
- Carência de água potável e de saneamento.
- Maiores riscos de instabilidade política e violência.
- Emigração.
- Existência de discriminação social contra grupos vulneráveis.
- Existência de pessoas sem-abrigo.
- Depressão.

As causas primeiras da pobreza e a sua eliminação são uma questão altamente controversa e politizada. A direita costuma olhar para factores estruturais que impedem o crescimento económico como a fraca proteção dos direitos de propriedade, a falta de um sistema de crédito, o crime, a corrupção e a regulamentação prejudicial que prejudica a eficiência económica.

As opiniões mais à esquerda vêm à pobreza como o resultado de diferentes factores sistêmicos. Por exemplo, pode considerar-se que esta é causada pela carência de oportunidades (nomeadamente de educação) e que é a falta de intervenção governamental que causa maior pobreza. Também segundo esta corrente de pensamento, o alívio da pobreza é uma questão de justiça social. A pobreza também é vista como expressão da questão social vinda do conflito capital X trabalho, que teria fim com o fim da exploração da mão de obra, e do exercito de reserva inerente ao modo de produção capitalista.

UNIDADE 1.3 – Violência

Violência (segundo o dicionário Michaelis)

vi.o.lên.cia - **sf** (*lat***violentia**) **1** Qualidade de violento. **2** Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. **3** Ação violenta. **4** Opressão, tirania. **5** Intensidade. **6** Veemência. **7** Irascibilidade. **8** Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. **9** **Dir** Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação. **Antôn** (acepção 7): **brandura,doçura**.

Violência é um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa, ser vivo ou dano a quaisquer objetos. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violencia* (que por sua vez o amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa.

Assim, a violência diferencia-se de força, palavras que costuma estar próximas na língua e pensamento quotidiano. Enquanto que força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou "firmeza" de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando entre sociedades. Por exemplo, rituais de iniciação podem ser encaradas como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

A violência é considerada um fenômeno complexo, pois atinge tanto o espaço público quanto o privado na sociedade. Percebe-se que não ocorre um ato denominado violência, mas violências, as quais se configuram como expressões da exacerbação de conflitos sociais, cujas especificidades precisam ser conhecidas. A violência, e mais especificamente aquela que ocorre no contexto escolar, constitui um fenômeno de dimensão estrutural, social e cultural que, segundo estudiosos, pode ter sua origem e dinâmica centradas em razões que perpassam pela ordem da cultura, do social, do econômico e do psicológico, ampliando sua possibilidade de atingir todos os estratos da sociedade.

As causas da violência são associadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome, desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Além disso, um Estado ineficiente e sem programas de políticas públicas de segurança, contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência.

A violência se apresenta nas mais diversas configurações e pode ser caracterizada como violência contra a mulher, a criança, o idoso, violência sexual, política, violência psicológica, física, verbal, dentre outras.

Tipos de violência

Violência Física

A violência física é o uso da força com o objectivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. São comuns, murros, estalos e agressões com diversos objectos e queimaduras. A violência física pode ser agravada quando o agressor está sob o efeito do álcool, ou quando possui uma Embriaguez Patológica ou um Transtorno Explosivo.

Violência Psicológica

A violência psicológica ou agressão emocional, tão ou mais prejudicial que a física, é caracterizada pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. É uma violência que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente provoca cicatrizes para toda a vida. Existem várias formas de violência psicológica, como a mobilização emocional da vítima para satisfazer a necessidade de atenção, carinho e de importância, ou como a agressão dissimulada, em que o agressor tenta fazer com que a vítima se sinta inferior, dependente e culpada. A atitude de oposição e aversão também é um caso de violência psicológica, em que o agressor toma certas atitudes com o intuito de provocar ou menosprezar a vítima. As ameaças de mortes também são um caso de violência psicológica.

Violência verbal

A violência verbal não é uma forma de violência psicológica. A violência verbal normalmente é utilizada para oportunizar e incomodar a vida das outras pessoas. Pode ser feita através do silêncio, que muitas vezes é muito mais violento que os métodos utilizados habitualmente, como as ofensas morais (insultos), deprecições e os questionários infundáveis.

Violência sexual

Violência na qual o agressor abusa do poder que tem sobre a vítima para obter gratificação sexual, sem o seu consentimento, sendo induzida ou obrigada a práticas sexuais com ou sem violência física. A violência sexual acaba por englobar o medo, a vergonha e a culpa sentidos pela vítima, mesmo naquelas que acabam por denunciar o agressor, por essa razão, a ocorrência destes crimes tende a ser ocultada.

Negligência

A negligência é o acto de omissão do responsável pela criança/idoso/outra (pessoa dependente de outrem) em proporcionar as necessidades básicas, necessárias para a sua sobrevivência, para o seu desenvolvimento. Os danos causados pela negligência podem ser permanentes e graves.

Violência nos esportes

Diversos esportes que são considerados violentos, tais como: boxe, futebol, rugby, entre outros. Na copa FIFA de 2006 o jogador de futebol Zidane, ao sofrer uma ofensa verbal, agrediu fisicamente outro jogador em pleno jogo da final, demonstrando uma atitude não adequada aos esportes.

O Bullying

Este termo veio a partir da palavra *bully*, que em inglês significa valentão. É o conceito de todos os tipos de agressão verbal e física, que acontecem com frequência e sem motivo. Sua concentração é no ambiente escolar

A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. Existem diversas formas de violência, tais como as guerras, conflitos étnico-religiosos e banditismo.

A violência, em seus mais variados contornos, é um fenômeno histórico na constituição da sociedade brasileira. A escravidão (primeiro com os índios e depois, e especialmente, com a mão de obra africana), a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência, somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo burocrático, contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do Brasil.

Diversos fatores colaboram para aumentar a violência, tais como a urbanização acelerada, que traz um grande fluxo de pessoas para as áreas urbanas e assim contribui para um crescimento desordenado e desorganizado das cidades. Colaboram também para o aumento da violência as fortes aspirações de consumo, em parte frustradas pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, o poder público, especialmente no Brasil, tem se mostrado incapaz de enfrentar essa calamidade social. Pior que tudo isso é constatar que a violência existe com a conivência de grupos das polícias, representantes do Legislativo de todos os níveis e, inclusive, de autoridades do poder judiciário. A corrupção, uma das piores chagas brasileiras, está associada à violência, uma aumentando a outra, faces da mesma moeda.

Em um Estado democrático, a repressão controlada e a polícia têm um papel crucial no controle da criminalidade. Porém, essa repressão controlada deve ser simultaneamente apoiada e vigiada pela sociedade civil.

UNIDADE 1.4 – Exclusão Social

Exclusão social refere-se a dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de um determinado grupo de uma determinada sociedade. Estes grupos excluídos ou, que sofrem de exclusão social, precisam assim de uma estratégia ou política de inserção de modo a que se possam integrar e ser aceitos pela sociedade que os rodeia.

O termo exclusão social teve origem na França e, no modo francês de classificação social, neste caso, especificamente relacionado com pessoas ou grupos desfavorecidos. O sociólogo francês Robert Castel (1990), definiu a exclusão social como o ponto máximo atingível no decurso da marginalização, sendo este, um processo no qual o indivíduo se vai progressivamente afastando da sociedade através de rupturas consecutivas com a mesma.

A pobreza pode, por exemplo, levar a uma situação de exclusão social, no entanto, não é obrigatório que estes dois conceitos estejam intimamente ligados. Um trabalhador de uma classe social baixa, pode ser pobre e estar integrado na sua classe e comunidade. Deste modo, fatores/estados como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, as minorias étnicas e ou culturais, os deficientes físicos e mentais, os sem-abrigo, trabalhadores informais e os idosos podem originar grupos excluídos socialmente mas, não é obrigatório que o sejam.

Existem diversos tipos de exclusões sociais, Alfredo Bruto da Costa (2009) referiu que exclusões sociais deveriam ser definidas conforme as causas que apresentavam e os efeitos que exigiam. Nesta perspectiva, o autor categorizou as exclusões sociais de cinco modos:

- a exclusão de ordem econômica;
- social;
- cultural;
- patológica;
- comportamentos auto-destrutivos.

Minorias étnico-culturais

- A coesão social é ameaçada pela não-aceitação do direito à diferença, pois, existe uma falta de integração cultural. O conceito de pobreza não é igual ao de exclusão social pois, por exemplo, pessoas ou famílias excluídas socialmente podem não se encontrar numa situação de pobreza mas noutra perspectiva a pobreza representa uma situação de exclusão pois os indivíduos pobres são excluídos de ter uma participação plena na vida econômica, social e política.
- A imigração constante que se registra nos países Europeus, trouxe consigo fenômenos como a xenofobia e o racismo. Em 1997 a União Europeia declarou o Ano Europeu contra o Racismo, criando diversas iniciativas neste âmbito. A Europa têm sido sempre, um destino constantemente escolhido pelos imigrantes, fato que, leva à existência e convivência de numerosas culturas o que, por vezes origina graves conflitos.
- Portugal foi sempre um destino de migração, mas, foi a partir dos primeiros anos da década de 80, e principalmente após a descolonização e da Revolução de Abril de 1974 que este fenómeno até então moderado se tornou uma realidade constante.
- Em Portugal, à semelhança de outros países na Europa, surgem nestas circunstâncias problemas de direitos humanos e civis relacionados com os imigrantes, quer estejam estes legais ou ilegais no país de acolhimento.

- Grande parte da emigração feita para a Europa, parte de antigas colônias para os respectivos países colonizadores, muitas vezes esta imigração era efetuada por razões acadêmicas, em que os habitantes dos países colonizados procuravam por falta de escolas ou recursos no seu país de origem, realizar estudos superiores no país colonizador.
- A imigração efetua-se também por outras razões nomeadamente por razões económicas e, no período pós revolução, esta imigração era aceite e bem recebida, devido à necessidade de mão-de-obra não especializada que estava disposta a realizar trabalhos que os naturais dos países não desejavam, e por remuneração inferior. Portanto, em termos de acesso ao mercado de trabalho, existem muitas dificuldades, principalmente para os imigrados, pois, as sociedades tendem a categorizar e a excluir certos grupos sociais, nomeadamente, os imigrantes. Existe uma grande injustiça para com imigrantes que se encontram a trabalhar de forma clandestina, devido à hipocrisia social que existe no que diz respeito ao Tratado de Schengen que, proíbe a imigração e que restringe a entrada de africanos no espaço português. No entanto, são estes que trabalham nas obras públicas e, por trabalharem clandestinamente, não descontam, não têm direitos e não têm nenhuma garantia social.
- Numa sociedade em que o desemprego atinge números consideráveis, e que a mão-de-obra é excessiva para o trabalho disponível, os imigrantes passam então a ser vistos não como uma mais valia, mas como algo indesejável, tornando assim, os imigrantes como um alvo de exclusão social, xenofobia e até racismo.
- O fenómeno da imigração, que se constituiu durante muito tempo como pequenos casos isolados, tornou-se posteriormente, uma movimentação de grandes quantidades populacionais, este fator veio tornar muito mais difícil a integração destes novos imigrantes. Diferenças culturais e religiosas incentivaram a discriminação destes grupos, criando preconceitos e estereótipos relativamente aos mesmos, e associando a estes: grupos marginais organizados, delinquência, tráfico de droga, bem como, nível económico e cultural baixos.
- Alfredo Bruno da Costa (1998), afirma que “O desenvolvimento dos países pobres é a única verdadeira solução para o problema das migrações massivas, motivadas mais pelo «efeito de repulsão» (*pusheffect*) dos países de origem do que pelo «efeito de atração» (*pulleffect*) dos países de destino.”
- A Europa, devido às constantes imigrações que foi sofrendo oriundas dos mais variados locais, tornou-se um continente multicultural. Se por um lado, a multiculturalidade é um aspecto positivo, à medida que enriquece ambas as culturas, esta torna-se um dos maiores fatores de exclusão para as minorias étnicas. Em Portugal, as minorias étnicas sofrem diversos tipos de discriminação ou exclusão, tais como a pobreza, a exclusão quer ao nível cultural quer, do local de fixação dos imigrantes. A maioria cultural e étnica de um país tende a excluir as minorias dos locais onde habita, criando assim, guetos onde se concentram as

minorias excluídas. Estes guetos acabam por agravar os problemas sociais já existentes. Em Portugal, a exclusão dirigida aos imigrantes, não se cinge apenas a questões culturais mas, também a motivos de ordem racial, nomeadamente contra os imigrantes PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

- A convivência entre as culturas, do país de acolhimento e a cultura do imigrante é um fator que pode, muitas vezes gerar conflitos. Os Imigrantes originários de países colonizados tendem a sentir necessidade de afirmar a cultura do seu país de origem, uma vez que, muitos dos países que foram colonizados viram as suas culturas de origem reprimidas pela cultura do país colonizador. Esta afirmação como cultura individual de um povo, deve ser aceite ainda que este se constitua como uma minoria na medida em que, culturas diferentes, não são necessariamente inferiores ou superiores, são apenas distintas.

Como define Castel, centrado no século XIX, ele descreve duas teses antagônicas e inconciliáveis; trata-se do paternalismo que defende a paz social com exaltação das classes dirigentes como generosas para as classes trabalhadoras e, por outro lado, dos defensores da existência da luta de classes que naturalmente afirmam que proletários e donos dos meios de produção são inimigos. O autor rechaça as duas teses, apresentando a sua, constituída pela defesa de um Estado que mediasse os conflitos existentes na sociedade, notadamente entre as classes sociais, reprimindo qualquer tentativa de tomada de poder pelas classes subalternas; mas não apenas isto, o Estado deve agir sobre as causas dos problemas sociais de modo que possa impedir e controlar o antagonismo destruidor entre dominantes e dominados. Explicitamente segue sua defesa:

“Trata-se, de fato, de duas posições inconciliáveis. Desde então, as construções de uma política sem Estado ameaçam levar a um impasse. (...) O discurso da paz social prepara, assim, as condições da luta de classes que quer esconjurar. Através de sua recusa em fazer do Estado um parceiro implicado no jogo social, deixa face a face, sem mediações, dominantes e dominados. Desde então, a relação de forças realmente poderia inverter-se, e aqueles que nada têm a perder poderiam decidir querer ganhar tudo. Quem poderá impedi-los disso? O Estado, sem dúvida. Mas um Estado liberal está reduzido ao papel de policial que intervém de fora para reprimir as turbulências populares (...), sem poder agir sobre suas causas nem preveni-las. Exatamente em nome da paz social, seria necessário que o Estado fosse dotado de novas funções para controlar esse antagonismo destruidor” (Castel, 2003: 344)

Continuando na posição de rechaçar tanto os filantropos quanto os socialistas, Castel propõe um novo sentido ao social: “não mais dissolver os conflitos de interesses pelo gerenciamento moral nem subverter a sociedade pela violência

revolucionária, mas negociar compromissos entre posições diferentes, superar o moralismo dos filantropos e evitar o socialismo dos „distributivistas”” (Castel, 2003: 345). Isso é o que ele entende por social. Faz-se necessário mais um esclarecimento: ele afirma que o mercado faz parte do social. Aprofundando a discussão, o autor assevera aquilo que é fundamental no seu entender: “é saber como a ação do poder público pode impor-se de direito enquanto são excluídas as intervenções diretas sobre a propriedade e sobre a economia” (Castel, 2003: 345).

Respondendo a reivindicação dos trabalhadores, segundo a qual o primeiro direito do homem é o de viver, contido na declaração dos direitos humanos, Castel conclui o seguinte: “não é possível expressar melhor a maneira como os operários redefinem a questão social a partir de suas próprias necessidades. A única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores, é o direito ao trabalho. É o homólogo do direito de propriedade para os abastados” (Castel, 2003: 350).

A citação acima acaba de estabelecer a diferenciação de classe sem que Castel goste, em outras palavras, o trabalhador tem que trabalhar, está fadado a produzir riqueza, mas deve ter este direito que é equivalente ao direito do patrão de ter sua propriedade para produzir riqueza....para si.

O trabalhador não tem o direito de ser proprietário, pois são mundos diferentes. Neste ponto a filiação com o pensamento liberal não poderia ser mais evidente.

Com o fim do Antigo Regime, Castel defendeu por várias vezes ao longo da obra que o homem agora tinha a liberdade de trabalhar. O fenômeno da alienação, do “estranhamento”, passou longe de seu pensamento.

Com efeito, ele descreve o que chamou de sociedade salarial no pós-guerra (Segunda) trata-se de um processo de “desindividualização”, no seu entender, que insere o trabalhador em regimes gerais, convenções coletivas, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social. Neste caso, nem tutela, nem simples contratos, mas direitos. “O mundo do trabalho na sociedade salarial na forma, para falar em termos exatos, uma sociedade de indivíduos, mas, sobretudo, um encaixe hierárquico de coletividades constituídas na base da divisão social do trabalho e reconhecidas pelo direito” (Castel, 2003: 600).

A exclusão social tem geralmente sido tratada no Brasil a partir de um enfoque relacionado à restrição de renda. São definidas linhas de pobreza e a partir de então estruturados programas de transferência de renda, que muitas vezes desconsideram a realidade mais ampla do mercado de trabalho e da exclusão social.

Pouca prioridade tem sido dada aos novos processos de geração de exclusão social, bem como à relação entre exclusão social e concentração de renda. Este texto procura partir destes enfoques, além de apontar para uma nova metodologia de cálculo da exclusão social, que possa servir de parâmetro para comparações internacionais. Antes, porém, realiza-se uma discussão da exclusão social em termos históricos.

No caso brasileiro, a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista brasileiro. A escravidão, predominante durante mais de três séculos no país, apresenta-se como o regime de exclusão social por excelência.

E mesmo com a abolição da escravatura, o precário acesso dos negros aos direitos civis, no último quartel do século 19, bem como a presença nas ocupações inferiores no mercado de trabalho, além da predominância de uma inatividade forçada e de acesso a empregos eventuais, não se proporcionou formas minimamente dignas de acesso à cidadania para parte expressiva da sociedade brasileira.

Somente da Revolução de Trinta é que o país passou a difundir os direitos políticos, com a universalização do voto para todos, salvo os analfabetos. Apesar do avanço inquestionável, isso ainda se mostrou insuficiente para que a incorporação pudesse ser ampla. Por outro lado, a presença dos direitos sociais, fortalecida com o governo de Getúlio Vargas, esteve contida apenas e tão somente para assalariados formais que se encontravam empregados nas cidades.

A maior parte da população, que se localizava no meio rural ficou excluída legalmente do acesso aos direitos sociais e trabalhistas até a década de 1960. Com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e a instalação do Funrural, em 1967, a população do campo passou a ter acesso gradualmente aos direitos sociais e trabalhistas. Estes foram homogeneizados entre população rural e urbana somente em 1988, a partir da aprovação da nova Constituição Federal.

De fato, a Constituição de 1988 banuiu o conceito de cidadania regulada, que permitia o acesso à saúde e à previdência social tão somente para empregados com contrato formal de trabalho. O advento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a inovação da seguridade social ampliaram o acesso aos direitos sociais, uma vez que a experiência de universalização de direitos era praticamente inexistente. Somente em 1974, por exemplo, foi constituída, pela primeira vez, a oferta de benefícios sociais não contributivos (Programa de Integração Social e benefício de valor continuado).

Apesar disso, a exclusão social no Brasil permaneceu manifestando-se generalizadamente. De um lado, a velha exclusão continuava sendo a marca das

regiões geográficas menos desenvolvidas, diante da permanência da baixa escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade nos rendimentos. De outro lado, a nova exclusão social também mostra a sua face no Brasil de hoje, expandindo-se rapidamente pelas grandes metrópoles, por intermédio do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento juvenil, da pobreza no interior de famílias monoparentais, da ausência de perspectiva para parcela da população com maior escolaridade e da explosão da violência.

A despeito do significativo avanço econômico, com taxas médias de variação do Produto Interno Bruto ao ano de quase de 7,5%, nota-se que durante o período de 1960/1980 a totalidade da população nacional terminou não tendo acesso satisfatório aos resultados do progresso material do capitalismo brasileiro.

Por outro lado, para o período de 1980 e 2000, a evolução da exclusão social sofreu uma profunda modificação. Ao contrário do que ocorreu anteriormente, agora manifesta-se a combinação de baixa expansão das atividades econômicas com o avanço do regime político democrático (1985/2000).

A retomada da democracia brasileira, com reorganização da vida partidária e da dinâmica eleitoral, com fortalecimento do sindicalismo e das organizações sociais foi compartilhada pelo constrangimento decorrente da ausência do crescimento econômico sustentado. Ressalta-se, contudo, que essa situação pós 1980 deveu-se muito à herança de esgotamento do padrão de financiamento da produção transcorrido durante o final do regime autoritário, que coincidiu com o agravamento da crise econômica internacional.

Entre 1980 e 2000, a renda *per capita* nacional cresceu tão somente 0,36% como média anual, bem abaixo do que se verificou no período anterior (1960/80), quando a renda *per capita* aumentava em média 4,58% anualmente. Além de certa estagnação na evolução da renda *per capita* nacional, assistiu-se ao predomínio de uma forte oscilação nas atividades econômicas, acompanhada da manifestação de um longo regime hiperinflacionário (1979/1994).

Diante do débil comportamento econômico, o desempenho do mercado de trabalho foi negativo. Por um lado, a expansão do emprego assalariado foi decepcionante, sendo responsável pela queda na taxa de assalariamento formal que resulta da comparação entre os empregados assalariados com carteira assinada e o total das ocupações.

Por outro lado, o país registrou uma significativa elevação tanto nas ocupações precárias (assalariados sem registro em carteira, autônomos e ocupados não

remunerados) como no desemprego. Este cresceu a uma taxa média anual de mais de 13% durante os anos noventa, enquanto as ocupações informais aumentaram, em média, 2,4% anualmente. A brutal perda de participação dos salários na renda nacional – queda de 45% para 36% ao longo da década de 1990 - revela também a clara presença do movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional.

Nesse contexto econômico desfavorável, o fenômeno da mobilidade social foi enfraquecido, mesmo com o avanço da escolaridade da população e a maior cobertura social de cursos de capacitação profissional. Como reflexo, tem lugar um movimento de metropolização da pobreza - as grandes cidades que, até o final da década de 1970, eram fonte de imigração por conta das oportunidades de emprego e vida melhor assumiram o papel de mais recente de centros de desemprego, poluição, enchentes e violência.

Não causa surpresa a revelação do fato de o país ter se tornado uma referência mundial com responsável pela emigração de mão-de-obra qualificada, geralmente jovem. Na outra ponta, a explosão da violência urbana revelou de maneira combinada com a desigualdade, o desemprego e a escassez de perspectiva mobilidade social ascensional, as condições de produção e reprodução da nova exclusão social.

Em síntese, mesmo sem ter vencido plenamente a velha exclusão, o Brasil passou a despontar pelo avanço mais recentemente da nova exclusão social.

Chama a atenção o fato de o Brasil ter passado por situações tão distintas sem que terminasse realizando as reconhecidas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. Da mesma forma, a reforma tributária que propiciasse a justiça fiscal continua a ser postergada. Enquanto ricos praticamente não pagam impostos, são os pobres que contribuem para a manutenção de uma carga fiscal total, que tem 1/3 a cada ano sendo comprometida, mais recentemente, com o pagamento do serviço do endividamento público.

A ausência de uma reforma social, capaz de possibilitar a distribuição justa da renda nacional, termina impondo não apenas a maior desigualdade de renda como uma pressão adicional no interior do mercado de trabalho. Diante da insuficiência de renda, o país tem mais jovens deslocando-se precocemente do sistema escolar para o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que aposentados e pensionistas não abandonam seus postos de trabalho e empregados aceitam maiores jornadas de trabalho, seja pela ampliação das horas extras, seja pela dupla ocupação.

Isso não quer dizer que o país tenha se mantido estagnado socialmente nos últimos 40 anos. A redemocratização, a aprovação da Constituição de 1988 e a

expansão das políticas sociais nas esferas estadual e municipal contribuíram para uma melhoria dos indicadores de educação e saúde. Mas, simultaneamente, nos últimos vinte anos, a exclusão social foi reforçada por novos processos.

Neste sentido, a velha exclusão social não desaparece. O problema dos baixos níveis de renda e instrução se mantém, mas agora sob nova forma. O desemprego e a informalidade contribuem para romper os vínculos sociais numa sociedade cada vez mais competitiva, onde existe uma sede por padrões de consumo mais sofisticados e na qual a violência desponta como sintoma máximo da dessocialização.

Desta forma, a exclusão social, tanto a velha como a nova, somente pode ser entendida a partir de uma compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de “desestabilização dos estáveis” que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua “instalação na precariedade”. Ao conjunto dos tradicionais “despossuídos” do passado, agora se junta uma legião de “deserdados”, às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados, em virtude do crescente fracionamento da antiga classe média.

A nova dinâmica da exclusão social parece encontrar sua origem nos anos 80, assumindo feições mais definidas na década de 1990. O processo de financeirização da economia, especialmente na América Latina, ao gerar uma pressão suplementar sobre o processo de valorização do capital, implica uma flexibilidade crescente dos salários e do emprego. Em vez de adiantar crédito, o sistema financeiro reorienta a poupança para os títulos públicos. Gestam-se, portanto, novos mecanismos de manutenção e ampliação da riqueza.

Em sociedades profundamente desiguais e com baixo dinamismo econômico, como é o caso brasileiro, a expansão da exclusão social somente deve ser compreendida como a outra face de um processo estéril de concentração da renda e da riqueza. Tal fica patente quando são analisados os dados das duas últimas décadas.

Ao se considerar o período de 1980 a 2000, observa-se uma elevação do percentual de famílias ricas no Brasil, de 1,8% para 2,4%. Em segundo lugar, a distância entre a renda média das famílias ricas e a renda média do total das famílias brasileiras passou de 10 para 14 vezes. A cidade de São Paulo, que possuía 23,4% das famílias ricas do país em 1980, saltou para uma participação na “riqueza” total do país de 40%. Finalmente, no ano 2000, verifica-se que as 10 cidades com maior número de famílias ricas concentravam 60% da massa de renda das famílias abastadas do país.

Trata-se de uma sociedade crescentemente cindida e polarizada socialmente, onde a expansão dos ricos não está mais associada a um longo circuito da renda que envolve investimento e a montagem de complexas cadeias produtivas. Ao contrário, conforma-se um circuito restrito de ampliação da riqueza, que ao invés de gerar empregos, vive da permanente asfixia das esferas da produção e do trabalho.

Daí a necessidade de se criar novos parâmetros de mensuração da exclusão social, que permitam elucidar as suas novas formas de manifestação. Entretanto, as comparações internacionais geralmente não consideram nos seus *rankings* de países mais avançados em termos sociais variáveis como pobreza, desigualdade, violência e desemprego.

Uma tentativa de superar esta limitação, a partir da criação de um indicador de Exclusão Social (IES), permitiu apurar novos indícios de uma realidade social profundamente precária, especialmente nos países da América Latina.

O resultado do IES indica que o Brasil disputa a posição de pior distribuição de renda do planeta, juntamente com Serra Leoa e Guatemala, e possui taxas de homicídio superiores a países em guerra civil. Assim, não causa surpresa reconhecer que o Brasil encontra-se na impressionante 109ª posição do IES, para um total de 175 países pesquisados. Ou seja, a 15ª economia mundial e dona do 31ª maior renda *per capita* do planeta situa-se, em termos de exclusão social, no bloco de países com as piores posições em termos de desenvolvimento material.

Em outras palavras, longe da discussão acerca de se o país deveria subir uma ou duas posições no IDH, o IES mostra que o “buraco é mais embaixo”. Os quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, com congelamento da péssima distribuição de renda e da riqueza, o irresponsável atrelamento aos capitais internacionais de curto prazo e a permanência de política econômica de corte neoliberal nos anos 90 não poderiam resultar em outro cenário que não o de predomínio da pobreza e de avanço da desestruturação social.

CAPÍTULO 2

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO

UNIDADE 2.1 – A pobreza no mundo.

As questões relativas à pobreza e aos pobres não constituem um universo temático que tenha ficado no passado. Ao contrário: devido à acentuada precariedade das condições em que (sobre)vivem milhões de pessoas no mundo, tais questões

continuam de todo atuais em três âmbitos: o da realidade social, o das Ciências Sociais e o das práticas de intervenção (LEITE, 2008b). Nos dias que correm, e em virtude dos resultados sociais da crise internacional que irrompeu em 2008, cabe, mais do que nunca, a idéia de uma *desterritorialização do chamado Terceiro Mundo*, pois muitas características que vêm sendo atribuídas a este, há décadas, “manifestam-se também no interior de várias das sociedades mais ricas do planeta.” (LEITE, 2008b, p. 77)

Um dos determinantes fundamentais da permanência ou, mesmo, da exacerbação da pobreza em nível mundial é uma profunda *acentuação das desigualdades socioeconômicas* em períodos recentes, o que ocorre *entre* países e *no interior* de cada sociedade (WOODWARD; SIMMS, 2006, p. ii, iii e 15; SANTOS, 2005; LEITE, 2008b, p. 75-76). Dada a relevância do assunto para o presente trabalho, destaco os dois seguintes conjuntos polares de ilustrações pertinentes:

Segundo dados divulgados em 2008, 1,4 bilhão de pessoas (praticamente um quarto da população mundial) têm rendimentos diários *iguais ou inferiores* a US\$ 1,25 e, não fosse a importante exceção representada pela China, o número de pessoas nessa situação teria crescido muito, nos últimos 25 anos. De outra parte, estudo publicado em 2006 mostrou que tem sido fortemente decrescente a participação dos indivíduos mais pobres do mundo (assim considerados aqueles que têm rendimentos diários de *até* US\$ 1,00) no crescimento da renda mundial: de cada US\$ 100,00 desse crescimento entre 1990 e 2001, os “mais pobres” ficaram com apenas US\$ 0,60 — uma *diminuição de 73%* em relação aos US\$ 2,20 que recebiam nos anos 1980 (WOODWARD; SIMMS, 2006, p. ii, iii e 15). Os efeitos da crise mundial iniciada em 2008 tornam ainda mais dramáticas as dimensões da pobreza no mundo: em 2009, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), o número de subnutridos ao redor do planeta aumentou em 100 milhões, perfazendo um total de um bilhão de indivíduos nessa condição. Em meados de 2011, o desemprego juvenil era de 43% na Espanha, 25% na Grécia, 27% na Itália e de 19% nos Estados Unidos (RICUPERO, 2011). Pesquisa de março de 2011 do Federal Reserve System (o “Banco Central” estadunidense) mostrou que, no país mais rico do mundo, os 20% mais pobres da população viram seus rendimentos pessoais caírem 18%, de 2007 a 2009.³

No extremo oposto, a situação é de todo diversa. As 200 pessoas mais ricas do planeta *mais do que duplicaram* sua riqueza entre 1994 e 1998 (SANTOS, 2005, p. 34). Pochmann (2010) afirma: “Enquanto as 500 maiores corporações já respondem por mais de 40% do PIB mundial, com força econômica superior à de países, 1,2 milhão de clãs de famílias apropriam-se de 55% da riqueza do planeta.” A milésima parte mais rica da população dos Estados Unidos concentra hoje em suas mãos 10,4% da riqueza pessoal daquele país, participação essa que *quadruplicou* em cerca de 40 anos.

Tratemos, agora, da cidadania. Também ela é, hoje, assunto de grande relevância, sendo tematizada, com vigor, nos âmbitos social, político e acadêmico. Na

sociedade civil brasileira, a discussão pertinente intensificou-se a partir das lutas pelo fim da ditadura vigente entre 1964 e 1985 (TELLES, 1993; VALLADARES, 1991; ALMEIDA, 2006). Hoje, os termos “cidadão(ã)(s)” e “cidadania” são intensamente utilizados por correntes políticas e por parcelas da sociedade civil, com conotações que variam segundo os sujeitos que os mobilizam, expressando representações sociais de aspectos do mundo político e social que são muito distintas entre si.

No mundo ocidental, desde a transição do feudalismo ao capitalismo, os pobres foram vistos, usualmente, como um perigo, ao menos potencial, para a “estabilidade social” (CASTEL, 1998; LEITE, 2002 e 2008a; GEREMEK, 1989; FIGUEIREDO, 2001; HIMMELFARB, 1988).

No Brasil, as classes dominantes e os governantes começaram a representar os pobres urbanos como um *problema significativo* em períodos avançados do século XIX, em que ocorriam os embriões dos processos de industrialização e de urbanização e a complexa passagem do predomínio do trabalho escravo para uma ordem jurídico-política contratual, característica da sociedade capitalista. Duas foram as decorrências disso, no final do século XIX e no início do século XX: uma *gestão filantrópica* da pobreza urbana e de seus sujeitos, mediante a qual se buscava “reformá-los” social e moralmente, e a consideração da questão social como *caso de polícia* (ADORNO, 1990, passim; VALLADARES, 1991, p. 86 *et seqs.*; HAHNER, 1993, passim; VALLADARES, 2000, passim; LEITE, 2002 e 2005).

O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia (PPP) e pobreza moderada como viver com entre 1 e 2 dólares por dia. Estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares.

A percentagem da população dos países em desenvolvimento a viver na pobreza extrema diminuiu de 28 para 21 por cento entre 1990 e 2001. Essa redução deu-se fundamentalmente na Ásia Oriental e do Sul. Na África sub-saariana (parte sul do continente africano) o PIB per capita diminuiu 14% e o número de pessoas a viver em pobreza extrema aumentou de 41% para 44% entre 1981 e 2001. Outras regiões conheceram poucas ou nenhuma melhoria. No início dos anos 90 as economias da Europa de Leste e da Ásia Central registraram reduções acentuadas no rendimento. As taxas de pobreza extrema chegaram aos 6% antes de começarem a diminuir no final da década.

Outros indicadores relativos à pobreza estão também a melhorar. A esperança de vida aumentou substancialmente nos países em desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a diferença face aos países desenvolvidos onde

o progresso foi menor. Até na África sub-saariana, a região menos desenvolvida, a esperança de vida aumentou de 30 anos antes da guerra para 50 anos, antes de a pandemia da SIDA e outras doenças a terem feito recuar para o valor atual de 47 anos. A mortalidade infantil, por seu lado, diminuiu em todas as regiões.

A proporção da população mundial a viver em países onde a ingestão média de calorias é inferior a 2200 por dia diminuiu de 56% em meados dos anos 60 para menos de 10% nos anos 90.

Entre 1950 e 1999 a literacia mundial aumentou de 52% para 81%, tendo o crescimento da literacia feminina (que passou de 59% para 80% da masculina) sido responsável pela maior parte melhoria.

A percentagem das crianças fora da força de trabalho passou de 76% para 90% entre 1960 e 2000. As tendências relativas ao consumo de eletricidade, aquisição de automóveis, rádios e telefones foram semelhantes, bem como as relativas ao acesso a água potável.^[4] Também a desigualdade parece ter vindo a diminuir a nível global.^[5] A pobreza relativa é vista como dependente do contexto social e acaba por em grande medida ser uma medida de desigualdade. Assim, o número de pessoas pobres pode aumentar enquanto que o seu rendimento sobe.

Há diversos indicadores de desigualdade como, por exemplo, o coeficiente de Gini.

Em muitos países a definição oficial de pobreza é baseada no rendimento relativo e por essa razão alguns críticos argumentam que as estatísticas medem mais a desigualdade do que as carências materiais. Por exemplo, de acordo com o Gabinete de Censos dos EUA, 46% dos "pobres" desse país têm casa própria, tendo as casas dos pobres, em média, 3 quartos de dormir, 1,5 casa de banho e garagem. Além disso, as estatísticas são normalmente baseadas no rendimento anual das pessoas sem considerar a sua riqueza. Os limiares de pobreza usadas pela OCDE e pela União Europeia baseiam-se na distância econômica relativamente a uma determinada percentagem do nível mediano de consumo.

A linha de pobreza nos EUA é mais arbitrária. Foi criada em 1963-64 e corresponde a um "plano económico de alimentação" (nível mínimo recomendável de despesas com alimentação) multiplicado por 3.

Contudo, mesmo estando a diminuir, a pobreza global é ainda um problema enorme e dramático:

- Todos os anos cerca de 18 milhões de pessoas (50 mil por dia) morrem por razões relacionadas com a pobreza, sendo a maioria mulheres e crianças.
- Todos os anos cerca de 11 milhões de crianças morrem antes de completarem 5 anos.
- 1 bilhão e 100 milhões de pessoas, cerca de um sexto da humanidade, vive com menos de 1 dólar por dia.
- Mais de 800 milhões de pessoas estão subnutridas.

UNIDADE 2.2–A pobreza no Brasil.

Não podemos esquecer de que a nossa pobreza está associada à pobreza do mundo, ou melhor, a concentração de riqueza nos países economicamente mais fortes. Dados recentes mostram que o “gap” entre os mais ricos e os mais pobres no mundo vem se aprofundando depois da generalização do neoliberalismo no mundo. O fosso que separa o 1/5 mais rico do 1/5 mais pobre da população mundial era: de 11 para 1 em 1870; de 30 para 1 em 1960; de 60 para 1 em 1990 e de 74 para 1 em 1997. Quase metade da humanidade (2,8 bilhões de pessoas) vivem abaixo da linha de pobreza de 1 dólar/dia. 81% da riqueza mundial está sob o controle de apenas 16% da população, enquanto apenas 1,2 bilhões de pessoas somam apenas 0,32% da riqueza mundial. Pasmem! Mas, a riqueza dos 3 maiores bilionários do mundo somados possuem uma riqueza equivalente a 600 milhões de pessoas que vivem nos países menos desenvolvidos.

O Brasil tem 16,2 milhões na pobreza extrema

O governo informou, na terça-feira 3, que o Brasil possui 16,2 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema. Baseado em dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Desenvolvimento Social definiu como integrantes desta faixa da população aqueles que vivem com até 70 reais por mês.

Um entre cada dez brasileiros vive em condições de extrema pobreza, sendo o Nordeste (18,1%) e Norte (16,8%) as regiões do país com maior número de pessoas nesta condição, apesar de receberem maior apoio de programas de transferência de renda do governo. “O Bolsa Família, por exemplo, melhora as condições de vida dos participantes, ajuda na manutenção de estudantes na escola e no acompanhamento de gestantes. Mas não pode realizar a tarefa de retirar efetivamente da pobreza”, explica a Secretária de Articulação para Inclusão Produtiva, Ana Fonseca, que assume a secretaria Extraordinária da Pobreza Extrema com o lançamento do Plano Nacional de Combate à Pobreza, nas próximas semanas.

As regiões Centro-Oeste (4%), Sudeste (3,4%) e Sul (2,6%) possuem as menores parcelas de população em situação de extrema pobreza, abaixo da médianacional de 8,5%.

A EVOLUÇÃO DO COMBATE À POBREZA NO BRASIL E O PAPEL DO “FOME ZERO”

Reinaldo Nobre Pontes

O Brasil, nas últimas décadas, vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto a desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. A evolução da pobreza e da indigência no Brasil entre 1977 e 1998 pode ser reconstruída a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estas pesquisas domiciliares anuais permitem construir uma diversidade de indicadores sociais que retratam, entre outros, a evolução da estrutura da distribuição dos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos e das famílias brasileiras.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Neste trabalho consideramos a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza.

Os resultados das PNADs revelam que, em 1998, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 33% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Deste modo, cerca de 21 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 50 milhões como pobres.

Ao longo das últimas duas décadas, como observamos, a intensidade da pobreza manteve um comportamento de relativa estabilidade, com apenas duas pequenas contrações, concentradas nos momentos de implantação dos planos Cruzado e Real. Este comportamento estável, com a porcentagem de pobres oscilando entre 40% e 45% da população, apresenta flutuações associadas, sobretudo, à instável dinâmica macroeconômica do período. O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 80, em 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres ultrapassou a barreira dos 50%. As maiores quedas resultaram, como dissemos, dos impactos dos planos Cruzado e Real, fazendo a porcentagem de pobres cair abaixo dos 30% e 35%, respectivamente.

Considerando o período como um todo, constatamos que a porcentagem de pobres declinou de cerca de 39% em 1977 para cerca de 33% em 1998. Este valor ao final da série histórica analisada, apesar de ainda ser extremamente alto, aparenta representar um novo patamar do nível de pobreza nacional. A intensidade da queda na magnitude da pobreza ocorrida entre 1993 e 1995 foi menor do que em 1986. No entanto, a queda de 1986 não gerou resultados sustentados, com o valor da pobreza retornando no ano seguinte ao patamar vigente antes do Plano Cruzado. Entre 1995 e 1998 a porcentagem de pobres permaneceu estável em torno do patamar de 34%, indicando a manutenção dos impactos do Plano Real.

Apesar da pequena queda observada no grau de pobreza, o número de pobres no Brasil, em decorrência do processo de crescimento populacional, aumentou em cerca de 10 milhões, passando de 40 milhões em 1977 para 50 milhões em 1998. A combinação entre as flutuações macroeconômicas e o crescimento populacional fez com que o número de pobres chegasse a quase 64 milhões na crise de 1984 e a menos de 38 milhões em 1986. No final dos anos 80 registra-se uma aceleração no contingente da população pobre e, no período recente, após a implantação do Plano Real, cerca de 10 milhões de brasileiros deixaram de ser pobres.

Os atuais 50 milhões de pessoas pobres, por sua vez, encontram-se heterogeneamente distribuídos abaixo da linha de pobreza e sua renda média encontra-se cerca de 55% abaixo do valor da linha de pobreza. Os 21 milhões de pessoas indigentes, que correspondem a um subconjunto da população pobre, estão igualmente distribuídos de forma heterogênea e encontram-se mais próximos de seu valor de referência, com sua renda média mantendo-se cerca de 60% abaixo da linha de indigência.

Portanto, a magnitude da pobreza, mensurada tanto em termos do volume e da porcentagem da população como do hiato de renda, apresenta, na segunda metade da década de 90, a tendência de manutenção de um novo patamar, inferior ao observado desde o final dos anos 70. Isto indica, sem dúvida alguma, uma melhoria

aparentemente estável no padrão da pobreza, mas este valor continua moralmente inaceitável para a entrada do Brasil no próximo século.

Determinantes imediatos da pobreza: escassez de recursos e desigualdade na distribuição de recursos

A pobreza, como ressaltamos anteriormente, está sendo analisada neste artigo exclusivamente na dimensão de insuficiência de renda. Neste sentido, a pobreza responde a dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. Esta parte do trabalho investiga essas relações causais, procurando avaliar os pesos relativos da escassez agregada de recursos e da sua distribuição na determinação da pobreza no Brasil.

Escassez de recursos

A importância da escassez de recursos na determinação da pobreza brasileira é avaliada, a seguir, a partir de três critérios: a comparação do Brasil com o resto do mundo, a análise da estruturada renda média do país e, finalmente, o exame do padrão de consumo médio da família brasileira. Ao analisarmos, de forma exaustiva e a partir de diversos critérios, esse aspecto da determinação da pobreza, pretendemos demonstrar que a pobreza no Brasil não deve ser associada prioritariamente à escassez, absoluta ou relativa, de recursos. Assim, podemos confirmar a primeira parte de nosso diagnóstico: o Brasil, apesar de dispor de um enorme contingente de sua população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre e a origem dessa pobreza, não residindo na escassez de recursos, deve ser investigada em outra esfera.

Em primeiro lugar, contrastamos a renda *per capita* e o grau de pobreza no Brasil com os demais países do mundo. Esta comparação nos permite verificar se o grau de pobreza no Brasil é mais elevado do que o que se encontra em países com renda *per capita* similar. Podemos decompor o grau de pobreza em duas dimensões: (a) a baixa renda *per capita* brasileira e (b) o elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos existentes no Brasil. A primeira dimensão, dada pelo grau de pobreza médio dos países com nível de renda *per capita* similar à brasileira, está associada a um baixo valor da renda *per capita* em relação aos países mais ricos do mundo. A segunda dimensão resulta da diferença entre o grau de pobreza brasileiro e o dos demais países com renda similar à brasileira.

Em segundo lugar, comparamos a renda *per capita* brasileira com a linha de pobreza nacional. Na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, podemos associar a intensidade da pobreza à concentração de renda. Nesta seção definimos um exercício redistributivo que contempla tanto

cenário ideal (de execução impossível e não necessariamente desejável) de distribuição perfeitamente eqüitativa da renda, como o cenário de redução do grau de pobreza a partir da repartição progressiva dos recursos disponíveis. O principal objetivo desse exercício é demonstrar que uma divisão mais eqüitativa dos recursos pode ter um impacto relevante sobre a pobreza em um país que dispõe de uma renda *per capita* bastante superior à sua linha de pobreza.

Em terceiro lugar, descrevemos brevemente o padrão de consumo das famílias brasileiras com renda *per capita* em torno da média nacional. Na medida em que o padrão de consumo dessas famílias é satisfatório, obtemos uma demonstração adicional de que a pobreza no Brasil é sobretudo um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez.

O Brasil e o mundo: uma comparação da estrutura da pobreza. Analisar a estrutura da distribuição de renda mundial permite contextualizar a posição relativa do Brasil no cenário internacional. Observamos que cerca de 64% dos países do mundo têm renda *per capita* inferior à brasileira. Por outro lado, na medida em que alguns países com enorme população encontram-se abaixo do Brasil nesta estruturada distribuição de renda, concluímos que cerca de 77% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à do Brasil. Assim, essa distribuição da renda mundial, construída a partir do *Relatório de desenvolvimento humano* de 1999. Apesar de o Brasil ser um país com muitos pobres, sua população não está entre as mais pobres do mundo.

A comparação internacional quanto a renda *per capita* coloca o Brasil entre o terço mais rico dos países do mundo e, portanto, não nos permite considerá-lo um país pobre.

Na medida em que se trata de uma análise comparativa, sabemos que a posição relativa razoável do Brasil pode ser atribuída à natureza concentradora da distribuição de renda mundial. Assim, comparado aos países industrializados o Brasil não é um país rico, mas, comparado a outros países em desenvolvimento, estaria, a princípio, entre os que apresentam melhores condições de enfrentar a pobreza de sua população.

Mantendo a perspectiva de comparação internacional explicitando as determinações econômicas da pobreza, vemos que, para explicar a posição relativa do Brasil, necessitamos considerar as determinações que decorrem de modo alternativo a distribuição perfeitamente eqüitativa dos recursos, produzindo uma sociedade de indivíduos idênticos no que se refere à renda, não necessariamente é justa, nem desejada. No entanto, podemos fazer um exercício de construção de um estado da natureza hipotético onde estimemos o volume de recursos necessários para erradicar a indigência e a pobreza. O exercício supõe que o poder público disporia da capacidade

de identificar todos os indivíduos da população pobre e poderia transferir, com focalização perfeita e calibragem precisa entre as famílias, os recursos estritamente necessários para que todos esses indivíduos pobres obtivessem a renda equivalente ao valor da linha de pobreza.

UNIDADE 2.3 – Políticas sociais de combate à pobreza

No início do novo milênio, o combate à pobreza adquire proeminência e seu enfrentamento é redimensionado no cenário internacional. O Banco Mundial afirma que o combate à pobreza é um dos principais desafios mundiais, difundindo uma idéia de pobreza para além da baixa renda, incluindo também baixos indicadores em educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, UGÁ, 2004)

Com isso, novos argumentos sobre as relações entre pobreza e desenvolvimento afirmam-se, tendo como base a teoria das capacidades de Sen. Tal acontecimento desvela outras dimensões da pobreza agora enfatizadas para além da renda.

Entra em ascensão a opinião de que políticas e instituições voltadas para os grupos mais vulneráveis podem promover tanto eficiência quanto equidade. A partir de então, os programas de transferência com condicionalidades, focalizados nos pobres passam a ser implementados no intuito de cumprir funções redistributivas e de alívio da pobreza (VIANNA, 2008). Com efeito, novas estratégias de proteção social emergem combinando redes de segurança, transferência de renda e focalização nos pobres para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e de “trampolim” para a superação da situação de pobreza.

Diante destas novas concepções, várias questões entram em disputa em torno dos tipos de proteção que vêm sendo implementados: intervenções específicas, pontuais e de curto prazo, focalizadas nos pobres, em detrimento do que deveria ser um sistema de defesa e garantia de direitos universais.

Questionamentos referentes às estratégias políticas de combate à pobreza confrontam-se com uma

realidade onde é confuso o entendimento que se tem de pobreza, e obscuro o rumo estratégico da política

adotada. A pobreza enquanto “questão” assume maior relevância em meados da década de 1990, num contexto de estabilização monetária com o Plano Real, porém de restrição econômica para o social, devido aos ajustes neoliberais.

Este contexto, juntamente com as estratégias mundiais sugeridas para o combate à pobreza, vai favorecer a emergência de políticas focalizadas com maiores critérios de seletividade, com ênfase nas regiões mais pobres, priorizando territórios e segmentos da população com alta prevalência de pobreza.

Conseqüentemente, essas ações, em sua maioria, vão apresentar como prioridade os critérios de renda.

Outro fator importante é o momento de redemocratização do país, com setores da sociedade civil mobilizados em torno da superação da pobreza, como a Ação da Cidadania contra a Fome, que culmina em 1993 com o surgimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

As implicações do avanço neo-liberal no âmbito da proteção social no Brasil

A reestruturação do Estado nos anos 90 e a “repolitização da política” incidiram sobre a organização da classe trabalhadora, tanto a esquerda quanto a direita tomam novas formas. Neste caminho, verifica-se que nas duas gestões do presidente Luís Inácio Lula da Silva (eleito em 2002 e reeleito em 2006), o Partido dos Trabalhadores (PT) assume um modelo de desenvolvimento voltado ao econômico e ao social, no qual o Estado assume o compromisso de dialogar com os diversos setores da sociedade civil¹. Desse modo, se estabelece um “novo contrato social” mediante negociações entre classe trabalhadora e empresariado, representantes das classes empobrecidas e das elites econômicas capaz de construir uma cidadania estendida a todos no mundo do consumo. Esta “nova pedagogia da hegemonia” (Neves et al. 2010) vem segmentando a classe trabalhadora e estimulando a produção de interesses corporativos, particulares, de segmentos profissionais conjugados aos interesses do capital. Esses interesses fragmentados, que vem sendo estimulados por essa hegemonia, despolitizam o debate em torno da economia, reduzindo-a à dimensão técnica.

Nos limites deste debate, no qual emerge o ideário neoliberal, entram em um contexto global nestas negociações, os interesses de agências internacionais no contexto da globalização financeira (Mauriel, 2009). Países em desenvolvimento como o Brasil tem adotado programas para gerenciar a pobreza, os quais são: focalizados nos mais pobres, que aparecem combinados com a recuperação dos custos e a privatização dos serviços de saúde e educação. Essa reengenharia implica cortes no orçamento para a área social e redirecionamento das despesas, segundo o critério seletivo, moral e

simbólico “a favor dos pobres”, sancionando oficialmente a retirada do Estado dos setores sociais, e os programas passam a ser administrados por organizações da sociedade civil sob o patrocínio de fundos específicos para o combate à pobreza. (p.59).

Nesse entendimento, as causas da pobreza são isoladas, e as ações governamentais voltam-se para os perfis pessoais, sem grandes perspectivas de entender e superar a pobreza mediante a ação estrutural do sistema vigente. Essas políticas inscrevem papéis sociais em uma dimensão ideológica que informa que os sujeitos devem assumir suas diferenças e os seus lugares sociais, gestando um modelo comportamental e requerendo a ressocialização dos sujeitos, para que estes tenham uma vida relativamente previsível seguindo normas embutidas subjetivamente através da família. Esta tendência propõe “pacificar” os conflitos decorrentes da pobreza e falta de trabalho por meio de um autogoverno e autocontrole dos sujeitos acerca de sua pobreza.

Os antecedentes do Plano Brasil sem Miséria

O processo de redemocratização do Brasil foi acompanhado - após 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985) a qual viveu um grande crescimento e diversificação na economia interna – de uma estrutura de Estado centralizadora, ineficiente e corrupta, inflação incontrolável, baixas taxas de crescimento e uma dívida social sem precedentes. Como forma de enfrentar a herança de exclusão e pobreza deixada pelos governos repressores, entre os anos de 1995 à 1998 e 1999 e 2002, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Comunidade Solidária, o qual adotava como estratégia ações descentralizadas com participação da sociedade civil, assumindo a função de gerenciador de programas sociais voltados ao combate à pobreza de vários ministérios. Em 2001 foi criado o Fundo de Combate à Pobreza para financiar os Programas de Transferência de Renda (PTR). Também foi criado o Programa de Combate à Miséria (chamado de Projeto Alvorada), cujo objetivo era enfrentar a pobreza extrema especificamente nas regiões Norte e Nordeste. Assim, o Governo Fernando Henrique Cardoso, organizou uma Rede de Proteção social composta por 12 Programas, os quais adotavam como estratégia central de enfrentamento da pobreza a Transferência de Renda.

Desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência pela primeira vez com Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 (com 52,4 milhões de votos, maior votação recebida na história do país), ao derrotar Fernando Henrique Cardoso (PSDB), inaugura-se, segundo muitos analistas políticos, uma nova etapa para o quadro político brasileiro: foi eleito um presidente nordestino de origem humilde e com uma trajetória política de liderança construída na luta sindical, o que pressupõe habilidade política de negociação e articulação e conhecimento vivido sobre a “questão social”. Lula elege-se com o apoio do Partido Liberal (PL) - conhecido por sua tradição conservadora e neoliberal – mas

com um plano de governo bastante voltado para a questão social, apresentando o Fome Zero (como promessa de erradicar a falta de alimentação nas regiões mais pobres do Brasil) que posteriormente foi incorporado pelo Programa Bolsa Família, tornando a política social protagonista do governo. O Bolsa Família, criado em 2003, teve como ação principal a unificação de outros benefícios existentes, entre os quais destacam-se, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

Não cabe aqui resgatar em minúcias a política social adotada pela gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas é importante destacar que embora seu governo tenha adotado a lógica da economia neoliberal, privilegiando o capital financeiro, como o fez o governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 90, sua forma de conduzir tal política adotou um conjunto de estratégias que se traduziu em ações benéficas em diversas esferas sociais (FREITAS, 2007), as quais pode-se destacar o enfrentamento ao avanço da ALCA através de uma política externa mais independente; diálogo com os movimentos sociais frente a suas demandas; entre 2002 e 2006 conseguiu reduzir a dívida externa; maior apoio à agricultura familiar (incluindo os assentamentos), embora tenha destinado maiores recursos ao agronegócio, ou seja, destinou R\$ 37 bilhões para o agronegócio contra R\$ 7 bilhões para a agricultura familiar; aumentou o salário mínimo em 75% e conseqüentemente elevou-se o poder de consumo da população.

A direção do Plano Brasil sem Miséria no governo de Dilma Rousseff: erradicação da pobreza ou controle sobre os pobres?

Em 2011 inicia o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a ser eleita como chefe de Estado no Brasil². A trajetória política da primeira presidenta do Brasil inicia aos 16 anos, em 1964, em meio ao grupo de esquerda de luta contra a ditadura, conhecido como Política Operária (Polop). Em 1967, este grupo é dividido em duas linhas e Dilma adere à posição a favor de ações armadas, o Comando de Libertação Nacional (Colina). Seu vínculo à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em 1970 lhe rendeu a prisão e a tortura imposta pelo Regime Militar de então. Em 1973, mudou-se para a cidade de Porto Alegre/RS e passa a apoiar o MDB, partido de oposição ao regime. Dilma ajuda a fundar o PDT, em 1980, permanecendo filiada até 2001, quando se vincula ao PT. Em 2003, é convidada a comandar o Ministério de Minas e Energia³ até 2005, substituindo José Dirceu, acusado de corrupção por comandar o escândalo do Mensalão. Após, assume como chefe da Casa Civil, ganhando visibilidade na mídia nacional seu estilo firme de comando.

Dentre os principais temas enfocados pelo governo de Dilma Rousseff nos primeiros meses (Patu e Iglesias, 2011) como chefe de Estado, cabe ressaltar o tema de interesse deste artigo, a erradicação da extrema pobreza. Desta forma, nos primeiros dias de governo torna-se visível um perfil de governo voltado para a superação da fome

e da pobreza e a formação do que o governo denomina, e a mídia brasileira tem popularizado de uma “nova classe média” na tentativa de desviar uma possível discussão mais fundamentada sobre a “questão social”. Neste contexto, é elaborado no primeiro ano de seu mandato, o Plano Brasil sem Miséria, tendo por finalidade superar a pobreza extrema em todo território nacional, voltando sua intervenção para a articulação de políticas, programas e ações. Neste mesmo período é instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o perfil da extrema pobreza no país, onde sua medição é dada por famílias com rendimento per capita de até R\$ 70 por mês, porém, são levados em consideração aspectos multidimensionais da pobreza, tais como: o acesso à rede de água e esgoto, a falta de energia elétrica, a presença de no mínimo um morador acima de 15 anos analfabeto, a presença de pelo menos três moradores de até 14 anos, e pelo menos um morador de 65 anos ou mais.

Desta forma, percebe-se a utilização da vulnerabilidade familiar como categoria de análise, uma vez que, os critérios elencados acima apresentam um perfil com maior probabilidade de estarem em extrema pobreza. A linha de extrema pobreza adotada pelo BSM incorpora o mesmo corte de renda mencionado acima, onde o público alvo do Programa são famílias com renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. Outra modificação apresentada pelo BSM é a modificação no critério número de filhos beneficiários do BF, isto é, se antes o benefício era destinado a até 3 crianças de 0 a 15 anos de idade, agora o benefício é estendido para até 5 crianças dentro desta faixa etária.

Para compreender de modo mais abrangente os contornos e a direção que o Plano Brasil Sem Miséria possivelmente assumirá enquanto política de combate à pobreza, recorreremos ao Plano Plurianual de 2012/2015, por conter detalhadamente dados sobre as políticas sociais, programas sociais que as integram, orçamentos, enfim, sobre os objetivos, valores e metas que o governo Dilma Rousseff assumirá até 2015.

O Plano Plurianual – PPA 2012/2015, denominado *Plano Brasil Mais* possui sua estrutura influenciada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais programas que compõem o Plano Brasil sem Miséria, entre eles, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, etc. O Plano Brasil Mais corresponde à dimensão estratégica do governo Dilma Rousseff, sendo organizado a partir dos cenários econômico, social, ambiental e regional atuais. Nesta lógica, foram concebidos os Programas, os quais norteiam a dimensão tática do PPA. Diante da construção da “nova sociabilidade” que vem se desenhando desde a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja estratégia foi estabelecer diálogo com os diversos setores da sociedade civil (movimentos sociais, associações de bairros, empresariado, ONG’s, etc.), a elaboração do PPA 2012/2015 foi possível mediante diversos fóruns como, o Fórum Inter Conselhos, que

contou com a participação de mais de 300 representantes da sociedade civil nos 34 grandes Conselhos e Comissões que atuam em parceria com o governo na formulação e monitoramento das principais políticas públicas e os Diálogos Federativos, com 5 grandes reuniões macrorregionais realizadas em Fortaleza/CE, Manaus/AM, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e Florianópolis/SC, contando com a participação de mais de 200 dirigentes e autoridades políticas dos governos estaduais e municipais. Vale ressaltar que o PPA 2012/2015 apresenta o processo de “individualização de Iniciativas” que pretende ser associada a um empreendimento maior (por exemplo, a marca de governo do Plano Brasil sem Miséria) capaz de expressar, de forma regionalizada, os projetos estruturantes para o governo.

Assim, conforme Projeto de Lei PPA 2012/2015 (2011), a gestão da presidenta Dilma Rousseff se propõe a enfrentar e dar visibilidade através dos programas que englobam o Plano Brasil sem Miséria os seguintes *macrodesafios*:

- Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais;
- Ciência, Tecnologia e Inovação: consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro;
- Conhecimento, Educação e Cultura: propiciar o acesso da população brasileira à educação, ao conhecimento, à cultura e ao esporte com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
- Saúde, Previdência e Assistência Social: promover o acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social, assegurando equidade e qualidade de vida;
- Cidadania: fortalecer a cidadania, promovendo igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade das relações humanas e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos;
- Infraestrutura: expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul;
- Democracia e Participação Social: fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública;
- Integridade e Soberania Nacional: preservar os poderes constitucionais, a integridade territorial e a soberania nacional, participando ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo;
- Segurança Pública: promover a segurança e integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz;
- Gestão Pública: aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão (2011, p.4).

UNIDADE 2.4– O Assistente Social no combate à pobreza

O circuito se fecha ao observarmos a relação do combate à pobreza concebido enquanto aquisição de capacidades com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Só é possível pensar a assistência social no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal, quando pensada em sinergia com as políticas que conformam a Seguridade Social. Logo, assistência social como política pública e enquanto direito de cidadania é parte da Seguridade Social. E enquanto componente da seguridade ela deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema, além de procurar corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre mediante três procedimentos: provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem desses frutos do progresso; e manutenção da inclusão supracitada e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante o desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas (LOAS, 1993).

Sendo a concepção de proteção social, contida no Programa Brasil sem Miséria, o objeto desta pesquisa, é relevante fazer uma primeira explanação sobre seu referencial teórico, bem como o que delimita e circunscreve seu significado, lançando um olhar sobre o que se entende por políticas sociais e políticas de combate à pobreza e os conceitos de pobreza e vulnerabilidade.

Política Social e Política de Combate à Pobreza, para Abranches, Santos e Coimbra (1987) possuem diferentes enfoques e significados. Segundo os autores, Política Social está localizada no processo de alocação e distribuição de valores pelo Estado, ou seja, ela corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sob variadas modalidades, não obedecendo à lógica do mercado, a qual implica trocas recíprocas. A unilateralidade baseia-se no fato de o processo social determinar inúmeras situações de dependência, que devem ser corrigidas, legitimamente, através da ação estatal. Desse modo, a política social teria como foco o círculo de pobreza e manifestações ocasionais de privação.

Por outro lado, a Política de Combate à Pobreza difere da Política Social, pois concentra seu foco de ação na erradicação das condições de destituição, num espaço de tempo definido, incorporando os despossuídos aos circuitos regulares da vida social e

compensando as principais carências que põem em risco a sobrevivência e a sanidade dos sujeitos. Por este caminho, o autor afirma que as políticas de erradicação da pobreza visam o enfrentamento da pobreza estrutural e os programas de combate à miséria estariam associados ao estoque acumulado de carências agudas, selecionando aqueles sujeitos em condição de miserabilidade, esta definida pela renda e pelo conjunto de carências básicas de vida.

Vale ressaltar que diante da agudização da pobreza, muitos programas sociais foram colocados em ação em diversos países da América Latina, no entanto, há uma distinção entre o que o desenvolvimento social pretende alcançar e o que se materializa como foco de enfrentamento da pobreza. O modo como as políticas sociais tem sido concebidas e implementadas varia de acordo com o contexto histórico e conjuntural de cada país.

Por outro lado, na perspectiva do materialismo histórico desenvolvida por Karl Marx (1996), e a partir da qual o Serviço Social brasileiro está identificado, a pobreza é concebida como a exploração do proletariado pela burguesia, ou em outros termos, o crescimento do capital está intimamente relacionado à exploração da classe trabalhadora, cuja relação é inscrita na contradição entre capital e trabalho. Na ótica marxista esta contradição poderá ser superada com a construção de uma sociedade socialista.

Na perspectiva desenvolvimentista neo-liberal, Amartya Sen (1999) tem entendido que a pobreza está não somente vinculada à falta de renda, mas também à falta de capacidades para acessá-la. Assim, renda e capacidade para conseguí-la são, nesta visão o mote que tem orientado muitas estratégias que compõem as políticas sociais de enfrentamento da pobreza, entre as quais destacamos o Plano Brasil sem Miséria, composto por muitos programas sociais federais, estaduais e municipais de alimentação, educação, incentivo ao microcrédito, entre outros, que tem por objetivo proporcionar capacitação, acesso à propriedade, etc. de modo a habilitar os sujeitos a ingressarem no mundo produtivo e conquistarem, além da renda dos PTCR, a sua própria renda.

Esta concepção de pobreza retira do Estado a responsabilidade de um projeto de proteção social mais amplo e não focalizado como impõe a perspectiva de desenvolvimento neoliberal sobre os pobres. Cabe ao Estado, neste entendimento, cooperar com programas sociais para que os pobres superem individualmente sua condição de pobreza/miséria. De outro modo, as concepções sobre a pobreza tem indicado que há uma série de outros conceitos (vulnerabilidade, empoderamento, autonomia, participação, controle, exclusão, subalternidade, etc.) que se desdobram para explicá-la, ou muitas vezes para substituí-la.

A prescrição ideopolítica do Banco Mundial adotada pelo Brasil sem Miséria como direção nas estratégias de enfrentamento da miséria, coloca ao Serviço Social importante desafio, pois nesse sentido, torna-se mais complicado entender a gênese da questão social numa perspectiva ontológica, uma vez que o BSM entende a pobreza na sua dimensão fenomenológica, reforçando e tendenciando intervenções orientadas à “iniciativa individual” e ao “empreendedorismo” para enfrentá-la. Essa concepção centrada na pessoa, muito difundida pelo pensamento de Amartya Sen, cuja interpretação sobre a pobreza aponta para um excesso de subjetivismo para resolução de problema, como se houvesse um “eu autônomo” ou uma interioridade dotada de vontade capaz de superar adversidades tem construído e reforçado de modo perigoso a alusão às terapias alternativas como forma de enfrentar as expressões da questão social. Por outro lado, na perspectiva crítica assumida pelo Serviço Social, a autonomia dos sujeitos é construída no campo do exercício cidadão, conforme enfatiza o projeto ético-político dos assistentes sociais, de modo contraditório o BSM, coloca a autonomia no campo mercadológico, como se a liberdade de escolha e o leque de opções fosse igual para todos, desconsiderando sua dimensão histórica, social e política.

No Serviço Social brasileiro é hegemônica a compreensão de que o assistente social deve atuar no processo de conscientização dos grupos sociais com os quais trabalha contribuindo, mediante sua intervenção profissional, para que se reconheçam enquanto sujeitos históricos e políticos a fim de assumirem o protagonismo de suas vidas, a partir de uma autonomia plenamente cidadã. No entanto, o que deve ser interrogado é se a concepção de combate à pobreza do Brasil sem Miséria não provocaria um retorno ao ideário psicologizado do Serviço Social na década de 40, cujo escopo de intervenção estava voltado para iniciativas individuais e de “correção comportamental e subjetiva” para o enfrentamento de um problema social e político da pobreza. Assim, esta questão exige uma discussão teórica e política, no âmbito profissional, no sentido de se colocar em xeque a individualização da pobreza, uma vez que esse discurso compõe a abordagem dos materiais que o governo tem lançado no campo da assistência e do combate à pobreza.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO SOCIAL E INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA.

UNIDADE3.1– Violência doméstica e suas diferentes manifestações.

Violência doméstica é a violência, explícita ou velada, literalmente praticada dentro de casa ou no âmbito familiar, entre indivíduos unidos por parentesco civil (marido e mulher, sogra, padrasto) ou parentesco natural pai, mãe, filhos, irmãos etc. Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, maus-tratos contra idosos, e violência contra a mulher e contra o homem geralmente nos processos de separação litigiosa além da violência sexual contra o parceiro.

Pode ser dividida em *violência física* — quando envolve agressão direta, contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objectos e pertences do mesmo (patrimonial); *violência psicológica* — quando envolve agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas, juridicamente produzindo danos morais; e *violência sócio-económica*, quando envolve o controle da vida social da vítima ou de seus recursos económicos. Também alguns consideram violência doméstica o abandono e a negligência quanto a crianças, parceiros ou idosos. Enquadradas na tipologia proposta por Dahlberg; Krug, na categoria **interpessoais**, subdividindo-se quanto a natureza Física, Sexual, Psicológica ou de Privação e abandono. Afetando ainda a vida doméstica pode-se incluir da categoria **autodirigida** o comportamento suicida especialmente o suicídio ampliado (associado ao homicídio de familiares) e de comportamentos de auto-abuso especialmente se consideramos o contexto de causalidade. É mais frequente o uso do termo "violência doméstica" para indicar a violência contra parceiros, contra a esposa, contra o marido e filhos. A expressão substitui outras como "violência contra a mulher". Também existem as expressões "violência no relacionamento", "violência conjugal" e "violência intra-familiar".

Note que o poder num relacionamento envolve geralmente a percepção mútua e expectativas de reação de ambas as partes calcada nos preconceitos e/ou experiências vividas. Uma pessoa pode se considerar como subjugada no relacionamento, enquanto que um observador menos envolvido pode discordar disso.

Muitos casos de violência doméstica encontram-se associados ao consumo de álcool e drogas, pois seu consumo pode tornar a pessoa mais irritável e agressiva especialmente nas crises de abstinência. Nesses casos o agressor pode apresentar inclusive um comportamento absolutamente normal e até mesmo "amável" enquanto sóbrio, o que pode dificultar a decisão da parceiro em denunciá-lo.

Violência e as doenças transmissíveis são as principais causas de morte prematura na humanidade desde tempos imemoriais, com os avanços da medicina, disponibilidade de água potável e melhorias da urbanização a redução das doenças infecciosas e parasitárias, tem voltado o foco da saúde pública para a ocorrência da violência. Contudo como observa Minayo e Souza este é um fenômeno que requer a colaboração interdisciplinar e ação multiprofissional, sem invalidar o papel da epidemiologia para o dimensionamento e compreensão do problema alerta para os riscos de reducionismo e necessidade de uma ação pública.

Há quem afirme que em geral os homens que batem nas mulheres o fazem entre quatro paredes, para que não sejam vistos por parentes, amigos, familiares e colegas do trabalho. A cultura popular tanto propõe a proteção das mulheres (*em mulher não se bate nem com uma flor*) como estimula a agressão contra as mulheres (*mulher gosta de apanhar*) chegando a aceitar o homicídio destas em casos de adultério, em defesa da honra. Outra suposição é que a maioria dos casos de violência doméstica são classes financeiras mais baixas, a classe média e a alta também tem casos, mas as mulheres denunciam menos por vergonha e medo de se exporem e a sua família. Segundo Dias o fenômeno ocorre em todas as classes porém mais visíveis entre os indivíduos com fracos recursos econômicos.

A violência praticada contra o homem também existe, mas o homem tende a esconder mais por vergonha. Pode ter como agente tanto a própria mulher quanto parentes ou amigos, convencidos a espancar ou humilhar o companheiro. Também existem casos em que o homem é pego de surpresa, por exemplo, enquanto dorme.

É impossível discutir a violência doméstica sem discutir os papéis de gênero, e se eles têm ou não têm impacto nessa violência. Algumas vezes a discussão de gênero pode encobrir qualquer outro tópico, em razão do grau de emoção que lhe é inerente.

Quando os mulheres passaram a reclamar por seus direitos, maior atenção passou a ser dada com relação à violência doméstica, e hoje o movimento feminista tem como uma de suas principais metas a luta para eliminar esse tipo de violência. O primeiro abrigo para mulheres violentadas foi fundado por Erin Pizzey (1939), nas proximidades de Londres, Inglaterra. Isso aconteceu na década de 1960. Pizzey fez certas críticas a linhas do movimento feminista, afirmando que a violência doméstica nada tinha a ver com o patriarcado, sendo praticada contra vítimas vulneráveis independentemente do sexo.

Lei Maria da Penha

Conhecida como **Lei Maria da Penha** a lei número 11.340 decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006; dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa.

A farmacêutica Maria da Penha, que dá nome à lei contra a violência doméstica.

O caso nº 12.051/OEA, de Maria da Penha Maia Fernandes, foi o caso homenagem à lei 11.340. Ela foi espancada de forma brutal e violenta diariamente pelo marido durante seis anos de casamento. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la, tamanho o ciúme doentio que ele sentia. Na primeira vez, com arma de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda, por eletrocussão e afogamento. Após essa tentativa de homicídio ela tomou coragem e o denunciou. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado, para revolta de Maria com o poder público.

UNIDADE3.2– Violência contra a mulher.

A **violência contra a mulher** envolve os atos de violência contra as mulheres que se manifestam por meio das relações assimétricas entre homens e mulheres, envolvendo por vezes discriminação e preconceito.

A violência contra mulher pode assumir diversas formas que não uma agressão sociopática de natureza sexual e perversa no sentido psicanalítico do termo, até formas mais sutis como assédio sexual, discriminação, desvalorização do trabalho doméstico de cuidados com a prole e maternidade.

Segundo Casique, Furegato (2006) dentre as diferentes formas de violência de gênero citam-se a violência intrafamiliar ou violência doméstica e a violência no trabalho, que se manifestam através de agressões físicas, psicológicas e sociais. Na violência intrafamiliar, contra as mulheres e/ou as meninas incluem o maltrato físico, assim como o abuso sexual, psicológico e econômico.

As mulheres que experimentam a violência sofrem uma série de problemas de saúde, e sua capacidade de participar da vida pública diminui. A violência contra as mulheres prejudica as famílias e comunidades de todas as gerações e reforça outros tipos de violência predominantes na sociedade.

A violência contra as mulheres também empobrece as mulheres, suas famílias, suas comunidades e seus países.

A violência contra as mulheres não está confinada a uma cultura, uma região ou um país específicos, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. As raízes da violência contra as mulheres decorrem da discriminação persistente contra as mulheres.

Cerca de 70% das mulheres sofrem algum tipo de violência no decorrer de sua vida.

As mulheres de 15 a 44 anos correm mais risco de sofrer estupro e violência doméstica do que de câncer, acidentes de carro, guerra e malária, de acordo com dados do Banco Mundial.

Violência sexual

Calcula-se que, em todo o mundo, uma em cada cinco mulheres se tornará uma vítima de estupro ou tentativa de estupro no decorrer da vida.

A prática do matrimônio precoce – uma forma de violência sexual – é comum em todo o mundo, especialmente na África e no Sul da Ásia. As meninas são muitas vezes forçadas a se casar e a manter relações sexuais, o que acarreta riscos para a saúde, inclusive a exposição ao HIV/AIDS e a limitação da frequência à escola.

Um dos efeitos do abuso sexual é a fístula traumática ginecológica: uma lesão resultante do rompimento severo dos tecidos vaginais, deixando a mulher incontinente e indesejável socialmente.

O estupro há muito é usado como tática de guerra, com relatos de violência contra as mulheres durante ou após conflitos armados em todas as zonas de guerra internacionais ou não internacionais.

A violência sexual em conflitos é uma grave atrocidade atual que afeta milhões de pessoas, principalmente mulheres e meninas.

Trata-se, com frequência, de uma estratégia deliberada empregada em larga escala por grupos armados a fim de humilhar os oponentes, aterrorizar as pessoas e destruir as sociedades. Mulheres e meninas também podem ser submetidas à exploração sexual por aqueles que têm a obrigação de protegê-las.

As mulheres, sejam elas avós ou bebês, têm rotineiramente sofrido violento abuso sexual nas mãos de forças militares e rebeldes.

Violência e HIV/AIDS

A incapacidade de negociar sexo seguro e de recusar o sexo não desejado está intimamente ligada à alta incidência de HIV/AIDS. O sexo não desejado resulta em maior risco de escoriações e sangramento, o que facilita a transmissão do vírus.

Mulheres que são surradas por seus parceiros estão 48% mais propensas à infecção pelo HIV/AIDS.

As mulheres jovens são particularmente vulneráveis ao sexo forçado e cada vez mais são infectadas com o HIV/AIDS. Mais da metade das novas infecções por HIV em todo o mundo ocorrem entre os jovens de 15 a 24 anos, e mais de 60% dos jovens infectados com o vírus nessa faixa etária são mulheres.

Excisão/Mutilação Genital Feminina

A Excisão/Mutilação Genital Feminina (E/MGF) refere-se a vários tipos de operações de mutilação realizadas em mulheres e meninas.

- Estima-se que mais de 130 milhões de meninas e mulheres que estão vivas hoje foram submetidas à E/MGF, sobretudo na África e em alguns países do Oriente Médio.
- Estima-se que 2 milhões de meninas por ano estão sob a ameaça de sofrer mutilação genital.

Assassinato por dote

O assassinato por dote é uma prática brutal, na qual a mulher é assassinada pelo marido ou parentes deste porque a família não pode cumprir as exigências do dote — pagamento feito à família do marido quando do casamento, como um presente à nova família da noiva.

Embora os dotes ou pagamentos semelhantes predominem em todo o mundo, os assassinatos por dote ocorrem sobretudo na África do Sul.

“Homicídio em defesa da honra”

Em muitas sociedades, vítimas de estupro, mulheres suspeitas de praticar sexo pré-matrimonial e mulheres acusadas de adultério têm sido assassinadas por seus parentes, porque a violação da castidade da mulher é considerada uma afronta à honra da família.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) estima que o número anual mundial do chamado “homicídio em defesa da honra” pode chegar a 5 mil mulheres.

UNIDADE3.3– Violência contra o deficiente e o idoso.

A violência contra o Deficiente

O atual conceito de deficiência é o introduzido no sistema jurídico pela Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU (Decreto nº

6.949/2009). Indica questão as pessoas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Os dados internacionais da OMS sobre violência em relação às pessoas com deficiência revelam que em determinados países um quarto da população com deficiência sofre maus tratos e abusos violentos, sendo que os dados de pesquisas mostram que a violência praticada contra crianças e idosos com deficiência é mais alta e intensa que em relação às pessoas sem deficiência.

Em maior número estão os casos de violência passiva, por negligência. A negligência consiste na recusa de dar a alimentação e medicamentos apropriados, na falta de cuidados pessoais e de higiene, deixar de seguir as prescrições médicas, ou mesmo dar cuidados inapropriados.

Os maus tratos, por sua vez, podem ser de ordem física com agressões, tratamento rude e falta de cuidados pessoais, emprego exagerado de restrições, excesso de medicamentos e reclusão. Os maus tratos psicológicos podem ser por excessos verbais, intimidação, isolamento social, privações emocionais, impedir a tomada de decisões próprias, ameaças em relação a familiares.

No Brasil não se produziu até o momento dados e estatísticas específicos em relação à violência praticada contra a pessoa com deficiência. Sabe-se, no entanto, que a prática sempre está associada a fatores sociais, culturais e econômicos da coletividade que vê a deficiência como algo negativo. Notícias coletadas nas promotorias de defesa de pessoas com deficiência revelam que a pessoa com deficiência intelectual está mais vulnerável à violência, se criança ou idosa.

A violência contra a pessoa com deficiência pode atingir todo o leque de direitos fundamentais, principalmente a educação e a saúde física e psicológica.

O Estado está obrigado a prevenir e enfrentar a violência, mais agravada contra a pessoa com deficiência em vista do estigma.

A Convenção da ONU concernente aos Direitos das Pessoas com Deficiência impõe ao Estado e à sociedade tratarem da prevenção contra a exploração, a violência e o abuso de pessoas, tanto dentro como fora do lar.

A violência contra o Idoso

A violência contra os idosos não ocorre só no Brasil: faz parte da violência social em geral e constitui um fenômeno universal. Em muitas sociedades, diversas expressões dessa violência, freqüentemente, são tratadas como uma forma de agir “normal” e “naturalizada” ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas. Tanto no Brasil como no mundo, a violência contra os mais velhos se expressa nas formas de relações entre os ricos e os pobres, entre os gêneros, as raças e os grupos de idade nas várias esferas de poder político, institucional e familiar.

As violências contra idosos se manifestam de forma: (a) estrutural, aquela que ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, de miséria e de discriminação; (b) interpessoal que se refere às interações e relações cotidianas e (c) institucional que diz respeito à aplicação ou à omissão na gestão das políticas sociais e pelas instituições de assistência. Internacionalmente se estabeleceram algumas categorias e tipologias para designar as várias formas de violências mais praticadas contra a população idosa:

- Abuso físico, maus tratos físicos ou violência física são expressões que se referem ao uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar-lhes dor, incapacidade ou morte.
- Abuso psicológico, violência psicológica ou maus tratos psicológicos correspondem a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social.
- Abuso sexual, violência sexual são termos que se referem ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.
- Abandono é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção.
- Negligência refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presente no país. Ela se

manifesta, freqüentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade.

- Abuso financeiro e econômico consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar.
- Auto-negligência diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma.

A classificação e a conceituação aqui descritas estão oficializadas no documento de Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências do Ministério da Saúde (2001).

UNIDADE3.4– Violência no contexto escolar.

Os tópicos a seguir procura pontuar aspectos dessa diferenciação tais como: violência na escola, violência da escola, violência à escola além de discutir o significado de incivilidade, transgressão e indisciplina no cenário escolar.

Violência na escola

Tendemos a pensar que a violência na escola é um fato novo, principalmente porque são cada vez mais freqüentes notícias de algum tipo de violência no ambiente escolar. Segundo Charlot (2002), a questão da violência na escola não é um fenômeno novo “assim, no século XIX, houve, em certas escolas do 2º grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão” (CHARLOT, 2002, p.432) assim como as relações bastante grosseiras entre alunos nos anos 50 ou 60. No entanto o autor ressalta que as violências ocorridas na escola podem não ser novidade, mas elas assumem formas e dimensões inéditas.

Nos primeiros anos da década de 80 em que a concepção de violência é expressa nas depredações do patrimônio público, e no medo da invasão dos prédios por jovens moradores, aparentemente sem vínculo com a instituição. Na época a preocupação era expor a fragilidade e as péssimas condições dos prédios quanto aos equipamentos de segurança.

Nos anos 90 aponta mudanças no padrão da violência, começam a ocorrer praticas de agressões interpessoais (agressões verbais e ameaças são as mais freqüentes), sobre tudo entre o público estudantil.

Os trabalhos realizados na década de 90 trouxeram questões importantes, apontando, principalmente o aumento da criminalidade, da insegurança dos alunos e a deterioração do ambiente escolar. A autora cita como exemplo as escolas públicas do Rio de Janeiro em que o trafico de drogas, disputas pelos territórios nos morros são consideradas as grandes causas de violência nas escolas, ou seja, as causas são referentes ao território geográfico no qual aponta que o fato de escolas estarem próximas a favelas, ao tráfico de drogas e conseqüentemente ao crime, as tornam reféns da violência e seus alunos vítimas / agressores. Nesse caso, a violência analisada na escola reflete parte do ambiente externo em que as escolas se encontram.

Colombier (1989), no livro “Violência na Escola”, aponta fundamentos socioeconômicos e familiares como possíveis causas da violência na escola, entendendo esse fenômeno como atos de violência contra as instalações da escola, contra os professores, dos alunos uns contra os outros. Nessa perspectiva, a violência se iniciaria na família, com a falta de limites, referências, a desestruturação familiar; nas causas socioeconômicas estariam a exclusão social, falta de oportunidades, a influência da mídia e a falta de perspectivas.

Violência da escola

Caracteriza-se violência da escola como sendo aquela violência em que a escola é tão e somente autora da ação e seus alunos vitimas. Segundo Charlot,

"A violência da escola se caracteriza na violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos e racistas". (CHARLOT, 2002, p. 435)

A violência simbólica ou institucional é mais difícil de ser percebida e muitas vezes não é entendida como violência por não se caracterizar pela coerção física. O

termo violência simbólica foi criada pelo Frances Pierre Bourdieu (2007), em que define violência simbólica como o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. No caso da escola a violência simbólica é a forma encontrada para manter a submissão dos alunos e ascender a força daquele que detém o poder, no caso, o professor e o diretor.

Para Abramovay e Rua:

"A violência simbólica é mais difícil de ser percebida do que a violência física, por que é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidade para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos distintos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento". (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 335)

Portanto, a violência simbólica se assinala sob todo tipo de pratica utilizada pela instituição de ensino de maneira a prejudicar seus componentes, tendo como resultado a falta de interesse do educando pela escola, o baixo rendimento nas atividades, evoluindo pra um futuro fracasso escolar.

Violência à escola

A violência à escola que Segundo Charlot (2002), está ligada diretamente à natureza e atividades da escola “quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam.” (p. 434) Nesse sentido, a violência à escola é concebida com os atos de depredação, furtos e roubos ao patrimônio da escola, essa classificação engloba também os atos de vandalismo que vem de fora da escola contra a escola. A todo o momento somos surpreendidos com alguma noticia deste tipo de violência, a exemplo, foi publicada no A Tarde OnLine, que uma adolescente de 15 anos esfaqueou um professor no pescoço, quando o docente dava aula:

"O jovem disse que cometeu o crime porque o professor o repreendeu quando ele entrou na sala de aula de forma abrupta. Agora, terá de cumprir 45 dias de internação na Comunidade de Atendimento Socioeducativo (Case). A agressão aconteceu na quarta, 3, e o professor recebeu alta no mesmo dia, mas ficou assustado e não quer mais ensinar na escola onde trabalha há 10 anos". (NEIDE, 2010)

Nesse sentido, os alunos em quanto vítimas da violência da escola, se tornam agressoras e principais autores dos atos de violência à escola, seja na agressão a professores como visto na reportagem, ou com atos de vandalismos contra a escola como estampados em jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão social é o objeto de estudo do Serviço Social, entender e compreender suas expressões é fator decisório no processo de intervenção, o acadêmico deve aprofundar seus estudos e leituras na temática desigualdade social, falar de pobreza, miséria, violência e suas várias formas implica no olhar técnico num contexto amplo numa análise sócio-econômica e política.

O tema desigualdade social é para reflexão visando planejamento de ações interventivas e de estratégias para o enfrentamento, no Brasil, é uma temática sempre presente que desencadeia em vários outros debates.

BIBLIOGRAFIA

a) Básica

BOGUS, L. YAZBEK, M.C. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: Educ, 2000.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. Exclusão Social: Categorias novas para a realidades velhas. In: Revista Ser Social 3.

POCHMAN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.

b) Bibliografia Complementar

ADORNO, Sérgio e CARDIA, Nancy. Dilemas do controle social da violência. In: TAVARES dos SANTOS, José Vicente (org.). Violências em tempos de globalização. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

AZEVEDO, M^a Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez Editora.

BAIERL, Luzia de Fátima. Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez.

ODÁLIA, N. O que é violência. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SALES, Mione Apolinário. (In) visibilidade perversa – adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez Editora.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** Revista Sociologias. Porto Alegre, n.8, ano 4, jul./dez. 2002, p.432-443. COLOMBIER, Claire. **A violência na escola.** Tradução de Roseana KligermanMurrayl. São Paulo: Summus, 1989.

ABRAMOVAY, Mirian (Coord). **Cotidiano das escolas: entre violências.** Brasília: UNESCO, 2005.

AQUINO, J. Groppa; **A violência escolar e a crise da autoridade docente;** Cadernos Cedes, N° 47, 1998.

Casique, Leticia C.; Furegato, Antonia Regina F. **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: REFLEXÕES TEÓRICAS.** Rev Latino-am Enfermagem 2006 novembro-dezembro; 14 Jan. 2011

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Anuário das Mulheres Brasileiras 2011

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres